



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

LICENCIATURA EM JORNALISMO

TRABALHO DE CULMINAÇÃO DE CURSO

Tema:

“Contribuição do jornalismo diário da TV Miramar para a consciencialização do público sobre Violência contra a Mulher”

Candidata: Berta António Carmona Madime

Supervisor: Msc. Adão Matimbe

Maputo, 5 de Abril de 2024

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Curso de Licenciatura em Jornalismo

“Contribuição do jornalismo diário da TV Miramar para a consciencialização do público sobre Violência contra a Mulher”

Monografia apresentada no curso de Jornalismo na Escola de Comunicação e Artes (ECA), como requisito parcial para aquisição do grau de Licenciatura em Jornalismo:

Candidata: Berta António Carmona Madime

Supervisor: Msc. Adão Matimbe

Maputo, 05 de Abril de 2024

ESCOLA DE Comunicação E ARTES

Curso de Licenciatura em Jornalismo

“CONTRIBUIÇÃO DO JORNALISMO DIÁRIO DA TV MIRAMAR PARA A CONSCIENCIALIZAÇÃO DO PÚBLICO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”

Monografia apresentada no curso de Jornalismo na Escola de Comunicação e Artes (ECA), como requisito parcial para aquisição do grau de Licenciatura em Jornalismo:

Candidata: Berta António Carmona Madime

JÚRI

Presidente: Prof. Aida Mague
Escola De Comunicação e Artes

Supervisor: Msc. Adão Matimbe
Escola De Comunicação e Artes

Oponente: Prof. Evanise Gomes
Escola De Comunicação e Artes

Maputo, 05 de Abril de 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a Deus, que me inspirou e me deu forças para continuar nesta caminhada.

Meu pai, António Carmona Madime, e minha mãe, Zaida José Chaúque, que me deram força e a devida pressão para que terminasse esta fase de minha vida.

Meus irmãos, Joyce, Yara, Zaida, Tony e Laura que apoiaram-me incondicionalmente ao longo do tempo de produção deste trabalho.

Agradeço igualmente ao meu amado Victor Arcanjo África, homem com quem decidi dividir a vida e cuja companhia tem feito a minha caminhada para o futuro cada vez mais leve.

As minhas Marias, Cacilda Siteo, Assimina Macuacua, Graça Maria e minha Maria honorária, Natália Alfoi Viagem, bem como José Chicote, que me suportaram ao longo deste trabalho e da caminhada académica.

Ao professor Adão Matimbe, meu orientador, que reavivou a esperança muitas vezes adormecida de terminar esse TCC e auxiliou na criação de ideias mais coesas durante todo o processo de desenvolvimento deste projecto e a Professora Evanise Gomes, que esteve também na dianteira, dando suporte em todos os aspectos técnicos deste trabalho.

Agradeço igualmente ao Professor Mário Moisés da Fonseca, que esteve presente no início da produção deste trabalho.

A toda a turma de 2013 de jornalismo da ECA, Linhas para sempre.

RESUMO

O presente trabalho analisa o uso das normas técnicas com potencial de consciencialização nas peças sobre Violência Contra a Mulher do Jornal Fala Moçambique e dos programas Balanço Geral, Mz No ar 1ª e Mz No Ar 2ª, no canal Miramar. O estudo faz uso do referencial teórico construído a partir das obras de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) que defendem que os materiais jornalísticos sobre VCM devem ser reportados com 1) O uso de conceitos correctos no texto, 2) uso de elementos de contextualização da violência como um problema social e 3) a ausência de estereótipos no texto. Através de uma pesquisa quantitativa e qualitativa desenvolvida ao longo de um ano, o estudo mostra que as estruturas das peças jornalísticas da Miramar

Palavras-chave: Consciencialização, Violência contra Mulher, Violência baseada no género, Miramar, Moçambique

ABSTRACT

This research study aimed at discovering the contribution of Miramar TV in the construction of public awareness about Violence against Women (VAW) in Mozambique, taking into account the Role of the Media in the change of public perceptions of the reality. Using a theoretical background built from the studies of Santos (2008), Jukic (2016) and Figueiredo et al (2018), the aim of this study is to understand if Miramar information services present contents about VAW with the use of the correct name of the violence in the text, b) Contextualization of the story in a social point of view and c) Absence of stereotypes in VAW-related stories. Through a mixed approach, the study has shown that Miramar's Journalistic material does not have all the technical aspects that are needed to raise the awareness of the public, as its stories are mostly based in Immediate facts, with low level of contextualization and present gender based stereotypes.

Keywords: Awareness, Violence, Violence against Women, Gender Based Violence, Miramar, Mozambique.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipos de agressão referentes a cada tipo de Violência.

14

LISTA DE ABREVIATURAS

BG -Balanço Geral

MGCAS- Ministério do Género, Criança e Acção Social

IREX – Programa para Fortalecimento da Mídia

MGCAS- Ministério do Género, Criança e Acção Social,

MIRAMAR- Canal Miramar/Record Moçambique

MISAU- Ministério da Saúde

NUJ- National Union of Journalists/ União Nacional de Jornalistas

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

VBG- Violência Baseada no Género

VCM- Violência Contra a Mulher

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem geral de esquadra policial e porta-voz da Polícia

Figura 2: Imagem de face pixelada de criança vítima de violência

Figura 3: Imagem da parte superior de vítima cuja identidade deve ser protegida

Figura 4: Imagem da parte superior de vítima cuja identidade deve ser protegida

Figura 5: Face clara de vereadora da cidade de Maputo Célia Cumbe, vítima de assassinato

Figura 6: Face clara de vítima de assassinato por parte do companheiro

Figura 7: Imagem pixelada de mulher assassinada em pensão

Figura 8: Imagem pixelada de cena de crime

Figura 9: Imagem pixelada de faca usada como arma de crime

Figura 10: Imagem pobremente pixelada de mulher vítima de tentativa de assassinato

Figura 11: Imagem clara de cena do crime

Figura 12: Imagem clara de vestido ensanguentado de vítima de Violência

Índice

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO	1
PROBLEMÁTICA	3
PERGUNTA DE PARTIDA:	6
HIPÓTESES:	6
JUSTIFICATIVA	7
OBJECTIVO GERAL:	9
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:	9
CAPÍTULO II	10
QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	10
PAPEL DO JORNALISMO NA CONSCIENCIALIZAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	10
ELEMENTOS TÉCNICOS A CONSIDERAR NA COBERTURA DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	11
APRESENTAÇÃO DA TERMINOLOGIA CORRECTA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	11
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA SOCIAL E A SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NO TEXTO JORNALÍSTICO	15
2. 1. Textos jornalísticos com alto teor de contextualização	16
2. b) Apresentação dos casos na Perspectiva do Género	19
ESTEREÓTIPOS	21
3.1) Hierarquização dos actores da história	22
3.2) Estereótipos de Linguagem	25
3.3) Estereótipos de Imagem	29
PERFIL DO OBJECTO DE ESTUDO	32
CAPITULO III	35
METODOLOGIA	35
CAPÍTULO V	38
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	38
APRESENTAÇÃO DE TERMINOLOGIA CORRECTA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO TEXTO	39
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA SOCIAL E CONTEXTUALIZAÇÃO NO TEXTO JORNALÍSTICO	41

ESTEREÓTIPOS	51
3.a) Hierarquização dos actores	51
3.b) Estereótipos de Linguagem	56
3.c) Estereótipos na Imagem	64
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICE	82
ANEXOS	84

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Violência Contra a Mulher (VCM) é definida pelas Nações Unidas (1993.p.3) como qualquer acto de Violência Baseado no Género (VBG) que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres. A mesma é um fenómeno comum na Sociedade Moçambicana e não só, pois é de acordo com Duarte (2015) um fenómeno mundial que deriva de uma ordem social que subalterniza as mulheres no plano económico, social e simbólico e é um obstáculo para a concretização da igualdade entre homens e mulheres.

Como exemplo, o Ministério da Saúde de Moçambique, MISAU (2021, p.11) aponta que 45.5 % das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência no país e que entre 2017 e 2021 foram registados 187.922 casos de VCM, com uma tendência crescente, estando as violências física e psicológica no topo das estatísticas.

Embora os números acima ilustrem o cenário da Violência Contra a Mulher no país, o Perfil do Género de Moçambique do Ministério do Género, Criança e Acção Social, MGCAS (2016) aponta que os números são apenas parciais e que ainda há necessidade de um trabalho de divulgação de informações para sensibilização do público (incluindo vítimas e agressores) e melhor implementação dos programas e políticas para a eliminação do fenómeno no país.

O Ministério da Saúde, MISAU (2021, p.26) aponta que um dos pilares da mudança do cenário da Violência Contra a Mulher é a divulgação da informação. O dado é apoiado pela República de Moçambique (2018, p.13) que explica que os meios de comunicação social “Devem envolver organizações de base comunitárias e as iniciativas de formação e de disseminação das normas, pois ainda não atingiram grupos de mulheres e homens que ainda não aceitam às mudanças e a tomada de atitudes positivas”.

Jukic (2016, p.18) entende que a comunicação social tem papel pivotal na consciencialização do receptor e Santos (2008, p.5, nosso grifo) acrescenta que “os media (...) contribuem para moldar e formar opiniões, podendo colaborar para fortalecer determinados valores e

estereótipos patentes na sociedade, quer directa, quer subtilmente, ou, pelo contrário, promover a sua dissipação, constituindo potenciais catalisadores de mudanças”.

Devido ao atractivo da televisão, e em especial os telejornais devido a combinação do discurso falado e andamento das imagens e defendido por Moroni e Filha (s.d, p.8) busca-se através desta pesquisa perceber se o canal usa os aspectos técnicos do jornalismo com potencial de consciencialização do receptor nas suas peças sobre violência contra mulher.

Olhando para contexto moçambicano que actualmente conta com 17 emissoras nacionais de televisão, a Miramar destaca-se na cobertura de matérias sobre violência doméstica e Contra a Mulher em geral, tendo sido premiada num concurso de produção de reportagens sobre o tópico a Miramar chama a atenção do presente estudo, que visa perceber ate que ponto o canal segue as normas técnicas apresentadas para a cobertura do tópico.

Este trabalho, subordinado ao tema **“A contribuição do jornalismo diário da TV Miramar para a consciencialização sobre violência contra a Mulher ”** tem como objectivo aferir a presença das normas técnicas de clareza, contextualização da Violência como problema social e ausência de estereótipos apontados por Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo (2018) nas peças apresentadas nos 4 espaços informativos que retratam o assunto de maneira recorrente, incluindo o jornal Fala Moçambique, o programa do meio-dia Balanço Geral, e as edições matutinas e vespertinas¹, a Miramar do programa Mz No Ar 1ª e 2ª edição .

Este estudo apresenta cinco (5) capítulos:

O primeiro capítulo introduz a pesquisa, o problema de estudo e a sua contextualização, as hipóteses, a justificativa e os objectivos.

O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica dos estudos de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) que defendem que os materiais jornalísticos sobre VCM devem ser reportados com uso de elementos técnicos como identificação do tipo de violência reportado, contextualização da VCM como um problema social e ausência de estereótipos. É também apresentado neste capítulo o quadro conceptual em torno da violência contra a mulher em Moçambique, o jornalismo e a consciencialização.

¹ www.miramar.co.mz

O terceiro capítulo aborda a metodologia usada para aquisição dos resultados e da conclusão do presente trabalho. O quarto capítulo apresenta, analisa e interpreta os dados apurados no estudo e o quinto traz as considerações finais e as referências bibliográficas usadas para a realização da pesquisa.

PROBLEMÁTICA

A Violência Contra a Mulher, apontada por Figueiredo et al (2018, p.3) como um atentado aos direitos humanos, é segundo o Perfil de género do MGCAS (2016, p. 26) um problema social enraizado na cultura Moçambicana nas suas diferentes formas (no espaço privado e público), sendo a Violência Doméstica (Conjugal ou familiar) a mais comum, reconhecível e facilmente justificada devido as raízes patriarcais.

O Plano Nacional De Prevenção e Combate a Violência Baseada no Género em Moçambique (2018, p.6) refere que a Violência Contra a Mulher está associada aos estereótipos ainda prevalentes na sociedade e que “assume dimensões múltiplas e ocorre nas diversas condições com impacto no ambiente familiar e social”.

Numa altura em que o Perfil de Género de Moçambique (2016, p.28,nosso grifo) aponta que “nem todas as mulheres e os homens estão conscientes que a violência contra mulheres e raparigas constituem uma violação dos direitos humanos e que (...) quando as mulheres sofrem violência (...) nem sabem que existe protecção para elas”, a República de Moçambique (Ibid, p.6) aponta para a necessidade de mudança de comportamento baseada em alterações de percepções dos intervenientes, incluindo “os pais, mães, família, das lideranças locais e da sociedade, a todos os níveis, com vista a cultivar uma educação e cultura de paz e respeito para com as pessoas”

Para o Perfil de Género (2016, p.37), um maior envolvimento dos média podia levar a um maior registo de boas práticas para prevenção e consciencialização sobre o tema da Violência de Género e sobre desconstrução dos estereótipos de género” e assim (Ibid, p.3) as mulheres (principalmente vítimas) recorreriam às instâncias formais de resolução de conflitos ao invés de tratar do assunto no âmbito doméstico.

Neste âmbito, o telejornalismo (parte da mídia) ganha também relevância, na medida em que Souza (2016, p.109) refere que “mesmo sem perceber, pessoas incorporam características, culturas, ideologias, hábitos, linguagens e desejos de consumo pelo que vêm na televisão.”

Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) referem que deve-se sempre garantir que os casos de Violência Contra a Mulher são retratados na perspectiva do género, de modo a garantir que o receptor perceba a existência do fenómeno, a sua natureza social e criminal e as consequências para a vítima, o perpetrador e a sociedade.

Ao unir as discussões destes autores, Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) mostram que a forma mais efectiva para alcançar o objectivo da consciencialização através do jornalismo é o uso dos elementos técnicos: a) A identificação correcta do tipo de violência reportado em cada peça, b) A contextualização da Violência Contra a Mulher como um problema social e c) A ausência de estereótipos.

Os autores defendem que este potencial técnico de consciencialização contido em peças jornalísticas pode levar o receptor a perceber a situação e possivelmente tornar-se um agente de mudança, alterar hábitos e atitudes e se ajuste à nova realidade conhecida.

No entanto, embora os autores supracitados defendam este modelo, estudos sobre Violência Contra a Mulher na mídia ao redor do mundo apontam que grande parte das peças é feita de forma pouco efectiva para a potencial consciencialização dos seus receptores.

No Brasil, o estudo da ANDI (2011, p.4) mostrou um foco da cobertura da Violência Contra a Mulher com um olhar meramente baseado no discurso da polícia e nos factos ocorridos no momento. Fernandes (2022,p.134) demonstrou um cenário similar na imprensa do mesmo país², referindo que “Não há referências ao mesmo enquanto crime de ordem pública, muito menos como uma violação dos direitos humanos”. A mesma situação foi percebida por Santos (2008, p.11), Figueiredo et al (2018, p.9) em Portugal e Jukic (2016, p.24) na Bósnia e Herzegovina.

Em Moçambique, A IREX (2015, p.16) também mostrou que na imprensa local, a Violência doméstica e a sexual (que estão inclusas na Violência Contra a Mulher) raramente são tratadas como questões sociais ou apresentadas na perspectiva do género, pelo contrário, as mesmas são retratadas como crimes isolados, através da apresentação de um único caso por

² Em um universo de 1235 exemplares da Tribuna do Norte, o autor encontrou 122 peças sobre a violência doméstica contra as mulheres.

matéria, sem estabelecer relações com outras questões ou informações de contexto sobre violência.

De modo prático, dentre os casos transmitidos no canal Miramar entre Junho de 2018 e Junho de 2019 dois modelos de cobertura foram identificados, sendo um na senda de uma peça apresentada no dia 5 de Junho de 2018 com a identificação “Homicídio em Boane”, que foi acompanhada por um histórico da relação da vítima com o seu ex-marido ora indiciado do assassinato e as circunstâncias do dia do crime, sem nenhum contexto social. O fio condutor da peça foi o testemunho do acusado, que além de identificar o crime como um acidente também chorava de alegado arrependimento. A peça foi igualmente acompanhada por um discurso policial e um semi-directo em que o jornalista referia potenciais problemas espirituais da vítima.

Por outro lado, em representação ao segundo modelo identificada uma peça transmitida aos 28 de Novembro de 2018 com o título “Feminicídio no Mundo”, que apresentava dados relativos aos casos de violência em Moçambique, ilustrando o tópico com casos de mulheres de ambos lados do espectro (sobreviventes de violência de um lado e vítimas fatais do outro), estatísticas, legislações, avaliações de especialistas, um apelo a denúncia e um extracto de opinião popular sobre estereótipos sobre a Violência Contra a Mulher.

Levando em consideração a presente dicotomia entre a teoria dos autores que fundamentam este trabalho, a realidade apontada por estudos prévios em relação a produção de material jornalístico em geral e os casos preliminares identificados no canal, importa entender como a TV Miramar, um dos canais moçambicanos que mais dão destaque a cobertura dos casos de violência contra a mulher posiciona-se na questão do uso das normas de cobertura com potencial de consciencialização.

Com o interesse da Miramar por casos de Violência contra a Mulher, reflectido através da produção de 52 peças sobre o tópico em ano a respeito de violações sexuais, espancamentos, assassinatos, abandonos e maus-tratos a mulheres, tanto por parceiros íntimos ou em espaços públicos, importa perceber se o canal fez uso das normas técnicas apresentadas pelos autores Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) como necessários para uma potencial consciencialização do receptor, incluindo das vítimas e perpetradores da Violência Contra a Mulher.

A reflexão acima leva-nos a elaborar a seguinte pergunta de partida:

PERGUNTA DE PARTIDA:

Será que as peças jornalísticas da Miramar cumprem as normas técnicas com potencial para consciencialização sobre Violência Contra a Mulher apresentados por de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo (2018)?

HIPÓTESES:

1. Sim. As peças jornalísticas da Miramar seguem as normas técnicas com potencial para consciencializar o público sobre a Violência Contra a Mulher, na medida em que apresentam terminologia correcta para cada tipo de violência, trazem contextos e não apresentam estereótipos.
2. Não As peças jornalísticas da Miramar não seguem as normas técnicas com potencial para a consciencialização sobre a Violência Contra a Mulher, pois não apresentam terminologia correcta para cada tipo de violência, não trazem contextos suficientes e apresentam estereótipos.

JUSTIFICATIVA

A realidade da Violência Contra a Mulher como um fenómeno de cariz público e de natureza cultural em Moçambique, tem-se reflectido de maneira mais flagrante no dia-a-dia do cidadão. Por exemplo, informações sobre casos de mulheres sequestradas, maltratadas, submetidas a Violência Sexual e /ou assassinadas e títulos como “Violência contra mulheres em Moçambique continua a ser preocupante³” tem se tornado comuns na imprensa e nos círculos sociais.

De acordo com Instituto Nacional Estatística, INE (2021) mais de 15100 mulheres foram vítimas de violência no país em 2020 e no ano seguinte, 2021, quase 17000 mulheres também foram vítimas do fenómeno. O documento aponta que inúmeros casos nunca chegaram a ser reportados devido a diversas razões de ordem social e cultural, como o facto de uma em cada quatro mulheres moçambicanas considerar justificável um marido espancar a esposa⁴, ou pelo desconhecimento de várias formas de violência, incluindo a psicológica⁵, social, económica e patrimonial.

Além da dimensão social e cultural, a Violência Contra a Mulher é um empecilho para o desenvolvimento económico do país. O Relatório do CeCaGe (2011) estima que cerca de 35,5 milhões de Meticals o equivalente a US\$ 1,5 milhões (taxa de câmbio 2008) foram gastos no sector da saúde para o atendimento de vítimas de agressão física só naquele ano. Para o sector do interior / justiça a estimativa do custo é de cerca de 7,6 milhões de meticals (ou 314.800 dólares, em taxa de câmbio de 2008)

Devido a este impacto do fenómeno da violência contra a mulher, o esforço para a erradicação do desconhecimento da temática tem sido posto em pratica pelo governo e parceiros, que referem os midia como parceiro crucial neste âmbito. Por exemplo, o MGCAS (2016, p.17) aponta a necessidade do aumento do conhecimento das leis e direitos por parte de mulheres e homens e do Sistema de Administração da Justiça.

De modo a reduzir os níveis de Aceitação da VCM no país, já em 2018, a República de Moçambique (2018,pp.27-28) referia o engajamento dos média através da criação e monitoria

³ <https://www.voaportugues.com/.../violencia-contra-mulheres-em-Moçambique/27660..>

⁴ De acordo com o inquérito demográfico de 2011

⁵ Considerada pelo Ministério da Saude como umas das mais comuns em Moçambique.

de um código de conduta para prevenção da violência baseada no género e respeito pelos direitos e dignidade das mulheres, da garantia de existência de programas reservados a contribuir para a prevenção da violência baseada no género e da produção e divulgação de materiais áudio visuais.⁶

Percebe-se desta forma que a mídia, especial a televisão e o telejornalismo tem um papel preponderante na divulgação de informações e consciencialização do público sobre os aspectos que cercam a Violência Contra a Mulher, que de acordo com Almeida (2013, p.3) pode influenciar na mudança do cenário actual.

De acordo com os pensamentos de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018), que defendem uma cobertura com terminologias claras, contextos sociais específicos e sem estereótipos.

Visto que embora exista um referencial sobre a forma como casos de Violência Contra a Mulher devem ser tratados na mídia, seria de esperar que a situação da mídia estivesse mais uniformizada e num caminho cada vez mais claro em relação a consciencialização sobre Violência Contra a Mulher, entretanto a ANDI (2011), Carvalho (2013), IREX (2015) e Fernandes (2022) ainda referem que a maioria dos conteúdos sobre casos de Violência Contra a Mulher permanecem factuais, descontextualizados e estereotipados.

Numa altura em que o MISAU (2021) aponta que a violência contra a Mulher recrudesce e que o Perfil de Género em Moçambique do MGCAS (2016) refere a necessidade de divulgação de informação através dos meios de comunicação social, importa entender se a Miramar, um dos maiores canais de Televisão Comercial de Moçambique, tem prestado atenção ao uso dos aspectos técnicos necessários para a cobertura do tópico.

Ao trazer estas informações, o presente trabalho procura trazer dados sobre a situação na Violência Contra a Mulher na mídia para complementar a discussão sobre a consciencialização sobre o tópico em Moçambique no âmbito académico e geral.

⁶ Desta forma, parcerias com o Conselho Nacional para Comunicação Social, GABINFO, MGCAS, MTC MCTESTP, ICS, Médicos do Mundo Empresas de telecomunicações com um fundo de 2.5 biliões de Meticais no câmbio da época foram lançadas com vista a mudar o cenário.

OBJECTIVO GERAL:

Aferir o cumprimento de normas técnicas com potencial para consciencialização do público sobre Violência Contra a Mulher referidos por Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) nas peças jornalísticas da Miramar.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Identificar as terminologias usadas nas peças sobre Violência Contra a Mulher.
- b) Comparar os géneros jornalísticos na cobertura de casos Violência Contra a Mulher.
- c) Assinalar elementos que contextualizam a Violência Contra a Mulher como problema social.
- d) Apontar estereótipos na Hierarquização dos personagens no texto, na adjectivação no texto jornalístico e no tratamento de imagens apresentadas nas peças sobre Violência Contra a Mulher

CAPÍTULO II

QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Nesta parte do trabalho referencia-se o papel do jornalismo na consciencialização do público e apresenta-se uma série de normas técnicas a ter em conta na cobertura de casos VCM para que esta tenha potencial de consciencialização, na óptica de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018).

PAPEL DO JORNALISMO NA CONSCIENCIALIZAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Pode-se dizer que alguns assuntos são verdadeiros desafios para a cobertura jornalística, sendo um deles a violência, especialmente contra a mulher. Este tema, por ser multifacetado e decorrer em vários espaços sociais, ganha várias facetas e percepções sociais de cada um dos indivíduos que fazem parte da sociedade.

Por ser uma sociedade maioritariamente patrilinear, Moçambique é um terreno fértil para desigualdades sociais e por anos, a legislação ofereceu benefícios claros a potenciais perpetradores de violência contra a Mulher na forma de pessoas singulares (parceiro íntimo ou membro da família) ou grupos (família ou sociedade).

De acordo com a Federação Internacional da liga dos direitos Humanos, FIDH (2007, p.6) a pobreza no país jogou um papel muito forte nas desigualdades sociais que afectam as mulheres, e somente a partir do regime pós 1994, a democracia, impulsionou o desenvolvimento de organizações comunitárias entre as quais as organizações de mulheres que desempenham um papel importantíssimo. O documento (Ibid, p.6) aponta que além de sua contribuição para o progresso legislativo nos anos actuais, estas organizações das mulheres monitoram o progresso do governo.”.

Visto que várias iniciativas têm sido levadas a cabo para garantir que este lugar social é cimentado cada vez mais, incluindo, por exemplo, a criação do Plano Nacional para o Combate e Prevenção da Violência contra a Mulher (2008-2012), a Lei sobre a Violência Praticada contra a Mulher (Lei 9/2009), o Mecanismo Multisectorial de Atendimento

Integrado à Mulher Vítima de Violência (2012), bem como a criação de espaços seguros para mulheres vítimas de Violência, a situação da mulher Moçambicana tende a mudar.

Aliando o pensamento de Souza (2016) e (AMARAL, 1967 apud AZAMBUJA, 2008, p.10) apontam como uma das funções do jornalismo como a Educativa, entende-se que o ponto de vista de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) de que a informação partilhada com uso de normas técnicas que potencializam a consciencialização, pode contribuir na mudança de comportamentos sociais e de estereótipos contra as mulheres.

A pergunta que se pode fazer é: será que o jornalismo como tem reportado essa lógica? Estará o mesmo a cumprir o seu papel de interventor social e educativo? Até que ponto o jornalismo tem feito seu trabalho na cobertura televisiva dos casos de violência contra mulher?

Levando em conta as normas defendidas por Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo (2018), os aspectos técnicos da clareza, contextualização e a ausência de estereótipos, até porque Figueiredo (2018, p.6) refere que:

O contributo dos meios de comunicação na prevenção e combate à violência de género e doméstica passa, assim, pela visibilidade que lhe atribuem, pela adoção do objetivo de que a informação concorra para a consciencialização coletiva a partir da construção de uma notícia devidamente contextualizada, documentada e rigorosa. Por outro lado, através da representação equilibrada de papéis assumidos por mulheres e homens em todas as esferas da sociedade, os meios de comunicação social estão a responder ao seu dever de responsabilidade social na construção de uma sociedade mais igualitária.

(FIGUEIREDO, 2018, p.6)

O facto é secundado por Jukic (2016, p.6) que refere que “os meios de comunicação de massa desempenham um papel crucial na formação da consciência geral da sociedade sobre a violência, considerando a forma como representam a violência em seus relatórios, linguagem e narrativa, e o público que eles alcançam”.

Entende-se por isso que o jornalismo referente a Violência Contra a Mulher deve apartar-se de coberturas factuais, descontextualizadas e estereotipadas, que de acordo com (CARTER E WEAVER, 2003 apud FERNANDES, 2022, p.4) podem contribuir para a banalização e normalização da violência de género, de modo que muitas vezes o fenómeno não seja considerado relevante para merecer a atenção pública.

NORMAS TÉCNICAS A CONSIDERAR NA COBERTURA DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Como referimos anteriormente, a cobertura de casos de Violência Contra a Mulher com intuito de consciencialização deve ter em conta uma abordagem clara, contextualizada socialmente e sem estereótipos. Este pensamento é fundamentado por Santos (2008, p.21, nosso grifo) que refere que “Para a avaliação do grau de profundidade de um relato jornalístico concorrem vários elementos: a dimensão da cobertura (género eleito), a abordagem, o enfoque (...), as fontes escolhidas, bem como a apresentação de possíveis causas e soluções para a violência”.

Nesta parte do trabalho apresentam-se elementos específicos que devem constar na estrutura de peças jornalísticas sobre casos de VCM no pensamento de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018).

1) APRESENTAÇÃO DA TERMINOLOGIA CORRECTA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No presente trabalho, o termo **Terminologia** refere-se ao uso da nomenclatura correcta do tipo de violência reportado ao longo do texto jornalístico.

Para Figueiredo et al (2018, pp.7-8), o uso da terminologia correcta para cada tipo de violência contribui para uma melhor compreensão do problema e dá um enquadramento social da Violência Contra a Mulher que é diferente de outro tipo de crime.

No entanto, não é incomum na mídia ouvir casos em que os crimes contra mulheres aparecem simplesmente identificados como: “mulher sequestrada”, “mulher abandonada”, “mulher espancada” ou “mulher assassinada” e sem nenhum cariz relacionado a crimes de género, uma prática desaprovada por Jukic (2016) que concorda com Figueiredo et al (2018,p.16) e defende que a inserção de terminologias correctas e no âmbito da Violência Contra a Mulher no texto demonstra potencial de consciencialização do receptor a respeito do comportamento reportado ser um crime e das suas nuances público-sociais.

Por isso, Figueiredo (2018, p.17) refere que todo o crime contra a mulher reportado deve trazer em algum momento da peça (de forma verbal ou gráfica) a referência de que este é uma peça sobre um crime no âmbito da Violência Contra a Mulher pois, por exemplo, é diferente identificar um crime como um *homicídio* e outro como *homicídio em contexto de*

violência doméstica/Feminicídio, uma definição mais ajustada. O autor defende que tratando-se de comunicar, é indispensável uma reflexão sobre os termos a utilizar porque eles devem, antes de mais, ser evidentes para a generalidade do público.

No seu contexto, Jukic (2016, p.8) acrescenta que ao produzir uma peça, o repórter deve especificar o nome da violência referente ao caso reportado, como forma a consciencializar o receptor que poderá passar a reconhecer a violência pelo nome, caso o mesmo sofra ou testemunhe um acto de VCM.

Ao longo deste trabalho usam-se como referencia as terminologias apresentadas por José (2011, p.17). O autor subdivide a Violência Contra a Mulher em sete tipos, tendo em conta as particularidades culturais e sociais das suas definições que se encaixam no cenário Moçambicano, sendo: a física, a sexual, a psicológica, a económica, a patrimonial, a social e a espiritual.

1.Violência Física

Dá-se quando alguém faz uso da força física em relação à mulher ou tenta causar na mesma algum dano intencional, por meio do uso da força física ou usando alguma arma que pode provocar lesões externas, internas ou ambas.

2.Violência Sexual

Qualquer relação de foro sexual fora do consentimento da mulher.

Alves (2017) acrescenta que violência sexual como toda a conduta que constranja mulher ou presenciar, manter a mesma acontece por via da participação numa relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coacção ou uso da força. Pode também ser configurada pela indução a mulher a comercializar ou utilizar a sua sexualidade.

3.Violência Psicológica

É uma acção ou omissão que pode pôr em causa o princípio de autonomia de vontade, visando causar dano a auto-estima, identidade, estatuto ou desenvolvimento pessoal da mulher. Para Alves (2017), esta violência é por vezes pior que a física, porém menos denunciada, possivelmente pela falta do conhecimento das vítimas.

4. Violência Económica ou Financeira

Actos ou omissões do agressor que põe em causa, expropriam os bens e património da sobrevivência de membros da família.⁷

5. Violência Patrimonial

Comummente perpetrada por parceiros, sua família ou mesmo conhecidos. A mesma acontece quando se privam as mulheres dos seus bens ou quando um homem decide dividir o património adquirido pelo casal com uma amante e ou com sua família, especialmente em situações de divórcio ou viuvez.

6. Violência Social

Quando o homem impede a mulher de conversar com pessoas dentro ou fora do seu lar, ou mesmo de conviver com membros da sua família de origem.

7. Violência Espiritual

Este tipo de violência é considerado comum em Moçambique. Pelo facto de muitos nativos crerem que vários acontecimentos da vida são controlados por forças espirituais malignas controladas por alguém que esteja vivo, várias mulheres são expulsas de suas casas por serem consideradas feiticeiras ou possuidoras de espíritos.

De forma a adequar o presente estudo ao caso de Moçambique, e facilitar a identificação de casos de VCM na programação da Miramar, uma tabela de casos que podem ser encaixados em cada tipo de violência foi criada com base no Manual Para Atendimento Integrado De Vítimas De Violência (2012) e pelo Perfil de Género de Moçambique do MGCAS (2016):

VIOLÊNCIA	ACÇÃO TOMADA PELO AGRESSOR
Violência Física	Espancamento durante a gravidez, Infanticídio feminino, Abuso físico, Violência durante o namoro, violência contra grávida afectando o feto, Esterilização forçada, repetição da mutilação genital depois do parto, Aborto selectivo por sexo, Infanticídio feminino, Abuso físico, Violência praticada por parceiro, Abuso e homicídios por dote, Homicídio praticado por parceiro, Mutilação genital, Trabalho infantil, Crime e assassinato contra a viúva, Assassinato de honra, Esterilização

⁷Alves (2017) explica que o praticante de violência patrimonial retém, subtrai ou destrói parcial ou totalmente os seus objectos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores ou recursos económicos da mulher, inclusive as destinadas às suas necessidades.

	forçada, Perseguição (stalking), Repetição da mutilação genital depois do parto.
Violência Sexual	Incesto, Prostituição infantil, Pornografia infantil, Abuso sexual no local do trabalho, Pornografia Forçada, Abuso de mulheres com deficiência, assédio sexual na comunidade, escola ou local de trabalho, abuso e exploração de jovens deficientes, Casamento infantil, Sexo através de coerção feminina ⁸ , Abuso sexual no local de trabalho, Assédios, Pornografia forçada, violação durante namoro, Tráfico de mulheres, Violação conjugal, Abuso de mulheres com deficiência, Gravidez forçada, Abuso sexual, Prostituição infantil, Casamento forçado, Assédio sexual na comunidade, na escola e no local de trabalho, Proibição de uso de contraceptivos e outras formas de planeamento familiar, Proibição de sexo seguro e prevenção das ITS/VIH E SIDA, Prostituição forçada e trafico, Abuso e violação de mulheres deficientes, Abuso e exploração de jovens viúvas.
Violência Psicológica	Abuso psicológico, Acusação de feitiçaria, Suicídio forçado, Acesso desigual a alimentos, Cuidados médicos e educação, Negligência, Abuso psicológico por parceiro íntimo ou familiar, Perseguição (stalking), Suicídio forçado.
Violência económica ou financeira	Sexo através de coerção feminina, homicídio de viúva por motivos económicos, acesso desigual a alimentos e cuidados médicos e educação, trabalho infantil, Homicídio de viúvas por motivos económicos
Violência Patrimonial	Falta de acesso a terra por mulheres pobres, Falta de acesso a direitos de herança, Falta de direito ao acesso a activos e produtivos.
Violência Espiritual	Ku'tchinga, atribuição de jovens como esposa de curandeiro, Atribuição a espíritos, Acusação de feitiçaria
Violência Social	Proibição da mulher de contactar amigos e familiares

Tabela 1: Acções que correspondem a cada tipo de violência

⁸Sugar daddies **Relações com Sugar daddies**. De acordo com o www.qualeagiria.com.br/giria/sugar-daddy/, a palavra **Sugar daddy** é uma gíria americana que se refere a um homem mais velho que tem o hábito de usar o seu dinheiro para patrocinar uma (ou várias) mulher (es) extremamente mais nova que ele em troca de sua companhia e/ou favores sexuais

2) CONTEXTUALIZAÇÃO JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA SOCIAL

A Violência Contra a Mulher é um fenómeno social e cultural baseado em relações entre homens e mulheres e tem espaço nos fóruns privados e públicos, baseado em sistemas sociais que muitas vezes a justificam e perpetuam-na ao longo dos anos.

Por isso, o jornalismo é responsável por transmitir informações que levem a potencial consciencialização do receptor da informação que se transmite. Desta forma, o mesmo deve estar equipado de instrumentos e técnicas claras que clarifiquem os contextos em que as peças se desenrolam.

Para Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) há dois aspectos a levar em conta ao contextualizar a Violência Contra a Mulher como um problema social, estes incluem o uso de géneros jornalísticos com alto teor de contextualização e apresentação da peça na perspectiva do género.

2. 1. Textos jornalísticos com alto teor de contextualização

A reportagem e a entrevista são de acordo com Jukic (2016, p.39) dois géneros jornalísticos com alto teor de contextualização pois possuem maior possibilidade de inclusão de aspectos relativos à Violência Contra a Mulher, como as áreas onde se regista o maior número de ocorrências, investigações, factores que favorecem as agressões ou denúncias contra criminosos a solta, bem como o estágio de inquéritos, dentre outros.

Figueiredo et al (2018, p.16) refere que isto acontece pois estes são formatos *orientados para a problemática* em vez de *orientados para o facto* e por isso espera-se tenham maior investimento na recolha e apresentação dos dados que cercam o problema.

- **Reportagem**

A reportagem é um género informativo mais elaborado que Sousa (2001) aponta ter o objectivo de informar com profundidade, exaustividade, contando uma história de modo que o leitor viva o acontecimento e que para (SANEMATSU, 2011 apud BORGES, 2013) vai para além do facto, agregando contextos, argumentos e olhares diversificados ao conteúdo.

Na Miramar, o programa mais representativo para o Género é O *Contacto Directo*, estabelecido e premiado do canal, seguido pelo telejornal *Fala Moçambique* que também abre para reportagens de fundo no formato de episódios e que retratam tópicos sociais diversos, incluindo a Violência Baseada no Género.

Oliveira (2011, p.3) acrescenta que a reportagem aprofunda a realidade e tem um alto nível de contextualização, pois ela traz à tona saberes previstos e os relaciona ao tempo e espaço do acontecimento. O autor (Ibid. 2011) sintetiza as características da reportagem apresentadas por Pena (2008), que apontam que a reportagem deve:

- Reportar do geral para (tema) para o particular (factos).
- Converter factos em assunto.
- Trazer repercussões, desdobramentos e aprofundar os tópicos.
- Ter pautas mais complexas, apontar causas, consequências, contextos e novas fontes.

Devido ao alto nível de contextualização que coberturas de casos de Violência Contra a Mulher deveriam se propôr a ter, Santos (2008, p.37-38) defende que o uso das mesmas criaria maior facilidade de incluir aspectos como os antecedentes da violência, possíveis causas e consequências, indo além dos efeitos directos e imediatos da violência, ou fazendo o acompanhamento do incidente, iniciativas legislativas ou de apoio, sentenças exemplares, e informações úteis para as vítimas.

Para Figueiredo, estes textos são relevantes pois:

Tratando-se de um problema social, é também uma questão de saúde pública representando uma das principais causas de mortes violentas entre as mulheres(...) assim, as mesmas contribuem para uma melhor compreensão da problemática em causa o que implica, necessariamente, que o crime seja apresentado de uma forma distinta”.

(FIGUEIREDO, 2018, p.16)

- **Entrevista**

Em Moçambique, a entrevista, definida por Gradim (2000, p.98) como um género autónomo caracterizado pelo modelo de *pergunta e resposta* e cujo texto não sofre arranjos estruturais, é ainda usada de maneira especial. Os programas que fazem uso do tópico são normalmente direccionados ao género. No canal Miramar, o programa FM Entrevista é o mais representativo dos mesmos no referente a assuntos sociais, que podem incluir a Violência Contra a Mulher.⁹

Para o Jukic (2016,p.14, tradução nossa) o uso de entrevistas para conceder maior clareza ao texto jornalístico, pois é "uma forma jornalística útil para reportar tópicos sensíveis, como, por exemplo, de pessoas que sofreram violência, ou cujos direitos foram violados."¹⁰

Levando em conta esta explicação, entende-se que no caso de vítimas de violência, este género pode ser usado para trazer aspectos referentes ao caso e a problemática e consequências da violência. No referente a organizações, as entrevistas podem oferecer conhecimentos em torno do assunto, incluindo aspectos científicos e legislativos.

2. 1.b) Géneros com Baixo Teor de contextualização

Contrariamente ao mostrado no referente a géneros com alto teor de consciencialização, Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo (2018) defendem que o uso de formatos jornalísticos que não criam espaço mais problematizado da Violência contra a Mulher podem ter resultado contrário a contextualização, sendo, no entanto, uma situação comum no jornalismo.

Por isso, pelo seu baixo teor de contextualização, notas (breves) e notícias são, de acordo com Jukic (2016, p.39), Figueiredo (2018) e Santos (2008) menos aconselháveis na construção de peças sobre Violência Contra a Mulher pois, pois, possuem menor espaço para os elementos

⁹ De acordo com o website www.miramar.com, o programa da TV Miramar conta histórias de personalidades nacionais e internacionais e analisa temas da atualidade. Cada edição recebe em estúdio personalidades políticas, empresariais e sociais, durante 30 minutos para conhecer o outro lado de cada personalidade, radiografando os setores que cada convidado representa. E são exploradas experiências passadas, análises do presente e perspectivas para o futuro.

¹⁰An interview would be one of useful journalistic forms to report on sensitive issues such as the one involving persons who suffered from violence and whose rights were violated.

de contextualização que devem constar na produção de material sobre o assunto.

Para Santos (2008, pp. 37-38):

Os gêneros jornalísticos “breve” e “notícia” e as abordagens factuais e contextuais simples, caracterizadas pela divulgação limitada de informações contextuais e pelo recurso a um número reduzido de fontes. A temática principal das peças tende a incidir no acto violento em si ou nos processos de investigação do crime e/ou processo judicial, falhando em enquadrá-lo socialmente, através da apresentação de informações sobre os antecedentes da violência, possíveis causas e consequências, indo além dos efeitos directos e imediatos da violência, ou fazendo o acompanhamento do incidente. Por sua vez, a alusão a exemplos positivos de resposta à violência, como iniciativas legislativas ou de apoio inovadoras, sentenças exemplares, etc., é também muito limitada, assim como a referência a informações úteis para as vítimas, como por exemplo, legislação sobre violência intra-familiar, organizações de apoio, etc., informações apenas presentes nas notícias mais globais e mais raras sobre o fenómeno. Este tipo de abordagem contribui para a tendência de individualização dos casos de violência reportados, assim como para a banalização da violência, distanciando-se nomeadamente da representação da violência contra as mulheres enquanto problema social e político, com continuidades em relação a outros tipos de violência (especialmente no que diz respeito a causas, actores e instrumentos).

(SANTOS, 2008, pp. 37-38)

Nota

A nota é um género também conhecido como *Pequena Notícia* e de acordo com a UFFS (2017) destina-se à informação rápida, caracterizando-se, portanto, por extrema brevidade e concisão. A mesma é comum na produção de peças sobre tópicos que sejam partilhadas através de comunicados de imprensa ou de informações que ainda não foram processadas ou mesmo não possuíam dados suficientes para uma notícia.

É um género que a Miramar usou em várias produções de peças jornalísticas, fazendo por vezes uso de imagens partilhadas nas redes sociais, ou por telespectadores.

Alves (2002), subdivide-as em Notas simples e Notas Cobertas.

- A nota simples ou nota seca é a notícia curta, sem imagem, lida pelo apresentador em estúdio.
- A nota coberta é o que caracteriza uma notícia mais curta, sem a presença do repórter, com imagens cedidas comumente por agências de notícias ou produzidas por organizações interessadas na divulgação do fato.

Notícia

De modo geral, a Notícia, um género definido como rápido e conciso, pode ser considerada um dos géneros mais comuns na produção jornalística, não só na Miramar, mas em Moçambique, devido ao uso comum do telejornal e da revista electrónica nos segmentos informativos dos canais e pela necessidade da partilha rápida e imediata de informações, que se mostra cada vez mais típica dos canais de televisão.

Gradim (2000) considera que a notícia um texto relativamente curto, claro, directo e conciso e a UFFS (2017, p. 10) acrescenta que a mesma é usada para indicar ou relatar um facto ou acontecimento.

Na questão da Violência Contra a Mulher, Jukic (2016,p.5) especifica várias vezes que estes géneros são construídos a partir de informações unilaterais, como por exemplo da polícia, do governo, de ONG's, mostrando baixo nível de de cobertura¹¹. Por isso, Santos (2008, p.11) refere que o seu uso não é aconselhável quando se fala de Violência Contra a Mulher, pois estes formatos jornalísticos deixam pouco espaço para relatos mais completos e complexos.

Por ser uma pratica comum no jornalismo e especificamente na cobertura de casos de Violencia Contra a Mulher, Santos (2008, p.24) critica os textos com baixo nível de contextualização, pois aponta que nestes, a violência é individualizada e transformada em problema sem solução à vista. Na mesma obra (Ibid, 2008, p.11) refere que esta ausência de contexto nas peças pode levar a VCM a se tornar despolitizada e a não ser considerada um problema público e social.

Pelo contrário, cristalizam-se tratamentos individualizados da violência, especialmente da violência contra as mulheres, que enfatizam os efeitos directos e imediatos da violência e dão relevo a explicações circunstanciais dos comportamentos violentos.

(SANTOS, 2008, p.11, nosso grifo)

No referente ao referencial teórico deste trabalho, levar-se-á em conta as abordagens de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) em relação ao uso de géneros jornalísticos, por perceber que os mesmos convergem no facto de que a consciencialização

¹¹Jukic (2016, p.14, tradução nossa) Such results show that the issue of violence against women as a topic is not given enough coverage in the media since longer forms that provide for a deeper insight into the topic (such as interviews or comments) are rare.

estar associada a textos jornalísticos que incluem uma quantidade de dados que fazem parte da cobertura com potencial de consciencialização sobre Violência Contra a Mulher.

2. 2) Apresentação dos casos na Perspectiva do Género

Nesta categoria, leva-se em conta o embasamento teórico de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) de que a cobertura de casos de Violência Contra a Mulher tem de ser contextualizada, ao demonstrá-la como um problema social e sem individualizar casos.

Jukic (2016, p.40) entende que ao longo da produção de uma peça jornalística com potencial de consciencialização devem ser clarificados os diferentes aspectos que cercam a Violência Contra a Mulher de modo a garantir que o receptor da mensagem e perceba padrões e comportamentos que a cercam, estes conteúdos podem ser adquiridos através de consultas á vítimas e especialistas que podem trazer detalhes e informação relevante sobre o tópico.

Isto inclui referenciar leis e políticas, que no caso de Moçambique incluem a lei sobre a Violência praticada contra a mulher (Lei 29/2009— Violência Doméstica Contra Mulheres), a Lei de Universalidade da igualdade, inserida na constituição da República (2004, artigo. 35), o Princípio da Igualdade do Género (artigo. 36), o protocolo de Maputo (2003) sobre os direitos da mulher no referente ao património o mecanismo multisectorial de atendimento à mulher vítima de violência (2012) e por fim a lei da família (2014), entre outras.

Jukic (2016) especifica que devem ainda ser citadas as estatísticas partilhadas pelo governo, (que em Moçambique, estas incluem o Ministério da Mulher, Criança e Acção Social, O Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Estatísticas, que possuem um vasto rol de publicações com dados relativos ao fenómeno), bem como as ONG's da área.

O mesmo autor (2016) refere ainda que nestas peças devem ser ainda citadas as instituições de apoio às vítimas. De acordo com o MGCAS (2016, p.16), em Moçambique, estas incluem Tribunais, a Procuradoria, Polícia, os Gabinetes de Atendimento à Mulher e Crianças Vítimas de Violência Doméstica, o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e a Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

Podem ainda ser citadas as organizações da sociedade civil que prestam assistência jurídica de forma gratuita. Estas incluem a Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Liga dos Direitos Humanos, Tribunais, procuradorias, advocacia, PRM, o Gabinete de Atendimento à Família e Menores, a Associação da Mulher Moçambicana de carreira Jurídica (AMMCJ),

Associação da Mulher para a Democracia (ASSOMUDE), Associação das Mulheres Desfavorecidas (AMUDEIA), e outras.

Santos (2008, p.24-25) explica também a necessidade de análises críticas, bem informadas e contextualizadas socialmente, apoiadas em dados estatísticos e opiniões de especialistas devem estar presentes nos textos sobre VCM, através de reflexões sistemáticas sobre as causas e motivações da violência, bem como exercícios de avaliação de iniciativas ou instrumentos estatais, entre outros.

Figueiredo (2018, p.9) reforça o pensamento de Jukic (2016) e Santos (2008) ao acrescentar que a contextualização pode manifestar-se através da apresentação de dados estatísticos nacionais ou internacionais e de explicações psicossociológicas que expliquem as causas e consequências da violência nas relações, as raízes da violência contra as mulheres e outras informações sobre o contexto social lato do crime reportado.

Para suportar o pensamento dos teóricos citados, organização Inglesa Zero Tolerance (2018) acrescenta que ao reportar os casos, os jornalistas devem, sempre que possível apontar o quadro legal vigente no país e especificar *sempre* que aquele é um crime baseado no género, para que o receptor perceba claramente o sentido da história na perspectiva do género e não simplesmente na criminal.

Na mesma senda, outra organização jornalística, a NUJ ou União Nacional de Jornalistas do Reino Unido e Irlanda (2013, pp.1-3) aponta que em reportagens sobre violência contra a mulher, a mesma deve ser referida como um abuso dos direitos e não como um incidente de um relacionamento e devem ser acrescentadas estatísticas, de modo a mostrar que a Violência Contra a Mulher não tem fronteiras geográficas ou culturais. Figueiredo (2018, p.17) explica:

A presença de elementos de informação e/ou sensibilização são essenciais para contextualizar os casos de violência doméstica noticiados. Estes elementos representam um dos fundamentos para a prevenção destes actos. Quando os operadores referem elementos que possam sensibilizar a sociedade, destacam-se as medidas de coacção e/ou condenação em tribunal, as estatísticas de violência/crimes ou a dimensão social/direitos humanos/dignidade humana, a divulgação de serviços de apoio à vítima, o incentivo à denúncia/crime público e a partilha de histórias de superação pelas sobreviventes.

(FIGUEIREDO, 2018, p.17)

Mais além, Santos (2008, p. 25, nosso grifo) refere às consequências da baixa contextualização:

As implicações desta contextualização limitada dos textos jornalísticos que abordam temáticas relacionadas com a violência são particularmente graves,

na medida em que os media constituem a fonte principal de informação e formação do público em geral. A escassez de investimento na análise e explicação da violência e, em particular, a falta de atenção dada à multiplicidade de expressões violentas, bem como a predominância de narrativas policiais nos relatos sobre violência, além de reproduzirem uma visão parcial e limitada da realidade, correm o risco de criar “bodes expiatórios”. [...] estas associações tendem a alimentar processos de polarização social, podendo conduzir, em último caso, à legitimação de comportamentos discriminatórios [...] condicionando e abafando os debates sobre possíveis estratégias de resposta a partir da construção de políticas públicas específicas, alterações no estilo de vida, entre outros.

(SANTOS, p. 25, nosso grifo)

3. ESTEREÓTIPOS

O tratamento dos discursos e imagens em uma peça jornalística é deveras importante para que a mesma apresente potencial de consciencialização, pois a informação recebida através da mídia influencia na forma como o conteúdo sobre um assunto é apreendido pelo receptor.

Desta forma, a narrativa jornalística tem um grande peso aquando da formação de opiniões sobre a Violência Contra a Mulher e por isso deve se abster de carregar consigo juízos de valor baseados em pensamentos pré-estabelecidos pela sociedade em que os produtores do conteúdo ou a sociedade em que estão inseridos, ou seja, estereótipos.

Os Estereótipos são definidos pela IPS (2009,p.73, tradução nossa) como " uma crença, ideia ou imagem simples porém amplamente disseminada sobre uma pessoa, raça, grupo, sexo ou coisa"¹², os mesmos podem, no entanto, ser positivos ou negativos em relação aos intervenientes da narrativa.

No referente ao estereótipo negativo, a IPS (Ibid, p.73) cita que no contexto do género, estes servem para a diferenciação das mulheres boas das más, sendo as boas as que seguem os padrões previamente estabelecidos pela sociedade e as más as que tentam libertar-se das regras sociais.

Por exemplo, retratar a morte de uma trabalhadora de sexo numa pensão em Maputo como consequência esperada devido ao tipo de vida da vítima, apontar a violação de duas menores apontadas como tendo a sedução de homens adultos como “seu trabalho” ou justificar o

¹²A widely held but oversimplified belief, image or idea about a person, race, group, sex or thing (IPS, 2009, p.73)

espancamento de uma mulher devido ao seu retorno atrasado de uma festa nocturna é considerado uma peça estereotipada, e para Santos(2008), Jukic (2016) e Figueiredo(2018) espera-se do jornalismo uma postura diferente em relação ao tópico.

Mas o estereótipo “positivo” pode ser igualmente usado no jornalismo e ter efeito potencialmente negativo. Por exemplo, citar que uma mulher era extremamente bela que atraiu o agressor, ou tão respeitosa que não foi capaz de sair de uma relação abusiva, ou ainda que, por ser boa mãe, teve de suportar a violência para viver com os filhos pode transmitir a imagem de que mulheres são sensíveis e fracas.

Independentemente da raiz do pensamento, os estereótipos são reforçados pela mídia e estão na origem da desigualdade entre sexos e da violência contra as mulheres. Este pensamento é defendido por Cerqueira (2008) que diz que a imprensa age contrariamente à consciencialização quando secundariza a sua voz da mesma, criando um discurso selectivo e muitas vezes negativo, que legitima a dominação masculina.

Os casos acima são apenas exemplos de mensagens que podem ser passadas no texto jornalístico estereotipado e que para Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) não contribuem para a potencial consciencialização do público, sendo parte de um vasto rol que leva em conta os diferentes tipos de Violência que citamos anteriormente e a realidade em que estes têm lugar.

No referente a normas técnicas, os autores que norteiam este estudo explicam que os estereótipos podem reflectir-se na hierarquização dos personagens, no uso de elementos de linguagem que culpabilizam a vítima (estereótipos de linguagem) e no tratamento das imagens.

3.1) Hierarquização dos actores da história

A hierarquização de personagens refere-se à relevância que os personagens têm no texto jornalístico. É aqui que se percebe qual personagem do texto escrito ou falado ganha maior relevância ao longo da narrativa e guia o desenvolvimento na peça.

3.1.a) Estereótipos na hierarquização de personagens

Na produção de uma peça jornalística, várias fontes são consultadas e citadas como forma de construção da narrativa, e no referente a cobertura de casos de Violência Contra a Mulher, é crucial que as versões de vítimas e agressores sejam apuradas.

Na recolha e processamento de dados há que entender que todas as fontes têm interesses. Figueiredo (2018, p.34) entende que “cada um dos personagens apresenta perspectivas ideológicas e interesses diversos é parte integral do modo como as audiências percebem a informação, pois as palavras do repórter ganham mais confiança do público quando trazem o relato das fontes”, que são " fundamentais no processo de construção do conhecimento e da opinião pública sobre o assunto tratado pelos órgãos de comunicação social."

No referente a hierarquia dos mesmos, Jukic (2016, p.19) subdivide os personagens em **Sujeitos da história e Outros personagens.**

Santos (2008, p.17) clarifica que a construção sintáctica é que revela a posição e papel do agressor e da vítima no texto jornalístico, indicando quem é o sujeito e quem é o objecto.

3.1.a.a) Sujeito da história

De acordo com Jukic (2016, p.19), os actores da história são aquela cuja narrativa serve como fio condutor da peça jornalística. A autora (Ibid. p.8) diz que o mesmo pode ser a vítima de violência, o agressor, a família da vítima, a família do agressor, testemunha, a polícia, o judiciário, etc.

Para (SOARES, 2007, p.140 apud BORGES, 2013) a sugestão é de que a mulher vítima de violência deve ser sempre o sujeito da história. Esta é uma prática que o autor considera positiva nos Estados Unidos da América:

Quase sempre os programas e reportagens [americanos] que tratam deste tema [VCM] apresentam mulheres que passaram por estes traumas como pessoas que têm conhecimentos para transmitir. Além de relatarem as suas próprias experiências, essas mulheres dão conselhos a outras na mesma situação. Elas, melhor do que ninguém, sabem como sobreviver a agressões, que atitudes tomar e como se proteger. Não são apenas vítimas. São sobreviventes que passaram por crises dramáticas e que a partir delas construíram uma sabedoria.

(SOARES, 2007, p.140 apud BORGES, 2013, p.36, nosso grifo).

Mas a realidade nem sempre reflecte a teoria, várias peças são referidas nos estudos que norteiam este trabalho de Santos (2008, p.35), Jukic (2016, p.19) e Figueiredo (2008, p.37), apontam que perpetradores de crimes, autoridades, vizinhos e família ainda têm prioridade como fontes.

Figueiredo et al (2018, p.14) entende que em coberturas estereotipadas, as mulheres são definidas por outros, incluindo forças de segurança, agentes judiciais, vizinhos ou pelo próprio jornalista, enquanto os homens, na posição de agressores, são identificados como os sujeitos da violência e do discurso.

O autor (Ibid. p.38-39) entende que nestas peças, os testemunhos próximos do agressor ou da comunicação social, que por vezes nem possuem consciência do impacto das suas declarações, são colocados em posições de destaque na história e por isso acabam por sugerir mais hipóteses do que informações fiáveis. Por isso, a narrativa sobre o crime assente em autoridades, como a polícia:

Resulta na apresentação de pormenores mórbidos e na realidade, sem efectivo valor informativo, assentes, por exemplo, na descrição dos ferimentos ou da forma como a vítima foi encontrada correspondendo, muitas vezes, a uma devassa da intimidade da vítima. Trata-se de informações que a polícia ou os bombeiros reproduzem para a comunicação social, que podem ter valor técnico para a investigação, mas que desviam a atenção da audiência para questões colaterais à violência doméstica como fenómeno social.

(FIGUEIREDO et al, 2018, p.38-39)

Para evitar a situação acima na mídia (incluindo a Moçambicana, onde segundo a IREX aponta que em 2015 a Polícia foi a fonte mais citada na pela imprensa escrita e electrónica, seguida pelas vítimas e por fim dos agressores), Figueiredo et al (2018, p.39) explica que, sempre que possível, as informações sobre casos de Violência Contra a Mulher devem ser contrabalançadas com casos de superação, tomando-se sempre em atenção que os discursos escolhidos para a peça não reforçam a ideia de que a Violência baseada no Género não é um beco sem saída.

3.1.a.b) Outros Personagens

Estes são, de acordo com Jukic (2016, p.8), personagens que vão providenciar suporte e pluralidade a história, sem, no entanto, tirar o protagonismo do sujeito da história e a capacidade da peça de consciencializar o telespectador, estes podem ser membros da polícia,

do judiciário, hospitais, especialistas, testemunhas e família da pessoa sujeita a violência, a família do agressor, etc.

Para Figueiredo (2018, p.15) por não serem vítimas, estes podem não ter a clareza e experiência da vítima e por isso não vão claramente passar a mensagem de forma clara e efectiva. Por isso, estas não devem tomar o espaço crucial na peça, mas são necessários para a construção de um contexto para garantir a compreensão do tema em questão.

3.2) Estereótipos de Linguagem

No contexto da consciencialização, a linguagem pode construir percepções sobre a Violência Contra a Mulher e é através dela que o receptor toma posições relativas ao caso individual reportado e ao contexto da Violência Contra a Mulher em geral. Mas o poder da linguagem é por vezes corrompido por um vício, o estereótipo.

Os estereótipos podem, de acordo com Santos (2008, p.17), ser percebidos dentre outras formas através da adjectivação dos actores implicados na violência e das formas verbais empregues, pois esta é reveladora de percepções sobre os actos de violência, as vítimas e os agressores.

Rkain e Santoro (2017) acrescentam que os estereótipos podem também ser introduzidos no texto através do uso de elementos de linguagem que levem a culpabilização da vítima e uso de linguagem depreciativa em relação ao agressor, enquanto (BLAY, 2003 apud SOUZA, 2016) apontam que usar discursos tendenciosos que reforcem padrões e valores sexistas nos textos jornalísticos sobre VCM, transferem a culpa do homem que agride para a mulher vitimada, o que para Soares (2017) nada mais é que reforçar uma cultura machista.

Ainda na mesma senda, Jukic (2016, p.26, tradução nossa) refere que “os meios de comunicação social são certamente um dos factores-chave na criação e desenvolvimento de estereótipos na sociedade, e é exactamente por isso que há necessidade de nos abstermos veementemente de representar as mulheres como fracas e vítimas.”

Com base nas teorias que regem os trabalhos de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo (2018) construímos a seguintes subcategorias que apontam que a existência de estereótipos de linguagem no texto sobre VCM pode ser percebida através dos seguintes indicadores:

3.2.a). Citar comportamentos despadronizados da vítima

Estes são comportamentos que não são alinhados com o papel social esperado das mulheres pela sociedade. Para a União Nacional De Jornalistas (2013) isto acontece quando o texto assume, transparece ou sugere que algum comportamento feminino tenha causado um abuso ou que ela de alguma forma tenha pedido por isso¹³.

A organização (Ibid, 2013) exemplifica que citar que a violência sofrida é o resultado da adoção pela mulher de comportamentos tipicamente masculinos (caminhar sozinha, sair no escuro, beber em bares, etc.) pois tais comportamentos podem, aos olhos do telespectador, ilibar o agressor.

Figueiredo (2018, p.29) entende que a referência a características e comportamentos individuais negativos cuja articulação pode concorrer para a representação social das vítimas de violência doméstica deve ser evitada no texto com potencial de consciencialização, para evitar más percepções do público.

3.2.b) Culpabilização de características pessoais da vítima

Quando é atribuída à mulher vítima de VCM a culpa do crime sofrido. O uso de elementos de linguagem no texto transparece, de acordo com Natiene Silva (s.d, p.12) que a violência sofrida é uma forma de correcção da vítima pelos comportamentos adoptados.

Diferentemente de comportamentos não padronizados da vítima, este ponto indica que a vítima é reportada como fraca e incapaz de sair do ciclo de violência em que se encontra. De acordo com Figueiredo et al (2018, p.30) em textos com este estereótipo, a construção mediática em torno da vítima, enquanto fragilizada é circunscrita ao medo das agressões e à dificuldade de sair do ciclo de violência, estão ausentes expressões que possam enunciar a possibilidade de superação da violência.

O Centro Canadano De Recurso Para Vítimas De Violência (2009, pp.2-4) explica que a culpabilização da vítima regista-se principalmente em casos de Violência doméstica, Violência sexual, Homicídio e crimes contra tranbalhadoras do sexo.

¹³Wânia Pasinato, citada pelo instituto Patrícia Galvão explica que quando há um caso de violência contra a mulher, especificamente um assassinato, um dos pontos da cobertura mediática é perceber se a vítima enquadrava-se em moldes preestabelecidos para o seu género, como por exemplo, se era uma boa mãe, uma mulher comportada, como se vestia ou por onde transitava.

3.2.c) Deslegitimação do discurso da vítima

Refere-se a expressões que coloquem a palavra da vítima em dúvida através de declarações que consideram o comportamento da vítima insuficiente para chegar a alguma conclusão no caso.

O Programa para Fortalecimento da Mídia IREX (2015, p.27) explica que num estudo em mais de 18 serviços de mídias impressas e digitais moçambicanas em 2015, não se culpou explicitamente às vítimas pela violência sofrida, mas foi comum a descrição da vítima como alguém que facilitava ou que consentia a ocorrência da violência.

Para Figueiredo et al (2018, p.56), em alguns casos, atribui-se culpa às vítimas de VBG, justificando o comportamento dos perpetradores. A linguagem adoptada cria uma relação de convivência entre agressores e vítimas. Por isso o autor (Ibid, p.56) refere que devem ser evitados “elementos opinativos incluídos na narração dos factos ou a dedução pelo operador de conclusões questionáveis a partir de elementos frágeis, pois a mensagem pode ser captada e entendida de maneira estereotipada pelo receptor”.

3.2.d) Uso de eufemismos para caracterização da violência

Os eufemismos são palavras com uma carga menos contundente que a situação que as mesmas caracterizam. Tal acontece quando a violência é caracterizada com palavras que não deixam clara a extensão sofrida pela vítima. Miranda (2017) explica que o uso de eufemismos pode ter efeito negativo na consciencialização sobre a VCM, pois reforça estereótipos através do uso de expressões que mascaram a carga da violência desses casos.

Para a autora (Ibid. 2017), o uso de termos como. *Forçar sexo* em vez de *estuprar*, *crime passionnal* em vez de *Feminicídio*, *cantada* em vez de *assédio* e outras, que a primeira vista, essas imprecisões vocabulares e narrativas podem parecer inofensivas, mas “estão dotados de um valor cultural muito profundo, ao ser transmitido pela média e repetido constantemente, acabam se entranhando ainda mais em nossas vidas, produzindo efeitos muito reais.”

No referente a este tópico na mídia Moçambicana, A IREX (2015, p.17) explica que a linguagem empregue na cobertura de casos de Violência Contra a Mulher em Moçambique

ainda carrega eufemismos, exemplificando com textos que referiam que o agressor “*Fez sexo à força*” ou a vítima “estava a ‘namorar’ com o seu progenitor”.

A situação acima é desencorajada por Santos (2008, p.17) que reforça que não se deve culpabilizar a vítima pelos seus comportamentos durante a peça sobre um caso de VCM ou aludir às motivações da violência usando expressões que amenizem o crime, sob o risco de transparecer que o assunto reportado na peça não é socialmente preocupante.

3.2.e) Uso de linguagem depreciativa referente ao agressor

Em geral, os autores defendem que não se use nenhum tipo de depreciação no texto jornalístico, seja referente à vítima ou ao perpetrador, pois de acordo com Santos (2008, p.17) tal revela a forma como a imprensa vê os actores do caso e as suas motivações.

Figueiredo (2018, p.29, nosso grifo) acrescenta que a selecção de determinados adjectivos, substantivos e verbos, associadas à vítima e ao agressor “poderão influenciar as atitudes e convicções sociais em torno das atribuições de culpa e responsabilidade (...) perpetuando estereótipos sobre (...) o agressor”. O autor exemplifica expressões como “depressivo”, “ciumento”, “desempregado” como desnecessárias na produção de peças sobre violência contra a Mulher.

A União Nacional de Jornalistas (2013, p.2) refere que para a consciencialização, é desnecessário referir-se a agressores como “monstros”, “demónios”, “maníacos” ou “bestas”, ou outras palavras do tipo, pois estas criam o mito de que os abusadores extremamente diferentes dos homens "normais". Desta forma, o receptor não consegue reconhecer agressores do seu meio, porque a linguagem do texto transmitiu a imagem de que o agressor é um ser anormal.

Santos (2008.p.17) secunda Figueiredo (2018) ao explicar que nas referências descritivas relacionadas com agressor devem ser tomadas em conta os adjectivos, substantivos e verbos usados para os caracterizar pode transmitir ao público que a Violência Contra a Mulher por vezes é aceitável, pois nem sempre o agressor consegue controlar-se:

Por fim, o autor (Ibid, p.36) entende também que o uso de expressões de cunho negativo a respeito do agressor é ilustrativo de estereótipos e contribui para o reforço da cultura de violência.

3.2.f) Citar que agressor não estava em si

Refere-se nesta categoria a expressões que atenuam a responsabilidade do agressor através de expressões que explicitam alterações de consciência e ideias que naturalizam a agressão e para os autores de que norteiam este estudo, esta é uma forma que pode levar a ilibação das acções do perpetrador por parte do receptor.

O Centro Canadano de Recurso para Vítimas de Violência (2009, pp.2-4) explica que a mesma pode manifestar-se através de uso de elementos de linguagem que deixam o agressor transmitir a ideia de que fê-lo devido ao stress do trabalho, o abuso de substâncias ou iliba-lo das responsabilidades.

Figueiredo et al (2018, p.51) entende que este indicador é também reconhecível quando se identificam adjectivos ligados ao autor do crime, associados a comportamentos aditivos e/ou a vulnerabilidades psicológicas ou económicas, que podem ser interpretados como uma justificação/atenuante.

Figueiredo (2018, p. 34) acrescenta que:

As características salientadas podem ser entendidas como uma justificação ou atenuante para o crime ou para o comportamento violento através, sobretudo, de duas formas mais evidentes: em descrições sobre o incidente e sobre os agressores e o seu carácter. São aludidas (...) circunstâncias como o consumo de álcool, o desemprego, a depressão e os ciúmes que causam a “perda de controlo” do agressor (comportamentos e situações que, tradicionalmente encontram na sociedade compreensão no caso dos homens mas que são incompreensíveis ou inaceitáveis quando se tratam de mulheres). Ora, para além de (...), se apresentarem como possíveis causas para o crime, estas descrições contextualizam a violência doméstica a partir de um caso e de um ofensor em particular. Por outro lado, incorre-se no estereótipo da relação propícia à ocorrência da violência, assim como do potencial agressor, sem que o tema seja debatido”

FIGUEIREDO (2018, p. 34)

Por isso, Santos (2008, p.17) desaconselha que se caracterize o agressor como alguém obcecado, citando por exemplo que o agressor estava *sob stress* ou ainda fazer transparecer que o crime aconteceu, mas o agressor era em geral "uma pessoa calma", sugerindo assim ter-se tratado de um momento de descontrolo excepcional, pois estas amenizam a responsabilidade de alguns agressores e contribuem para justificar os actos violentos.

3.3) Estereótipos de Imagem¹⁴

Para Moroni e Filha (s.d, p.8, nosso grifo) “O sentido das coisas nos telejornais não é dado exclusivamente pelo discurso falado, mas decorre também do andamento das imagens [...] o maior atractivo da televisão em relação aos outros meios de comunicação”. Entende-se assim, que a imagem de violência pode influenciar o receptor por muito tempo, até porque Andrade (2017, p.30, nosso grifo) defende que o telespectador é um parceiro activo da imagem, *emocional e cognitivamente*.

Há por isso uma linha ténue entre o jornalismo que forma e educa (e potencialmente consciencializa) daquele que é meramente factual e descontextualizado no que se refere ao uso de imagens, que em matérias sobre Violência Contra o Mulher é considerado um assunto muito sensível.

Jukic (2016, p.15) explica que imagens com conteúdo forte como cenas claras de violência ou rostos vítimas não devem ser usadas a não ser que haja interesse público, e esse não é o caso, principalmente quando se trata de casos de violência contra a mulher que foram recentemente descobertos¹⁵, Isto sem contar que mostrar imagens de vítimas pode retirar o foco da peça e colocá-la na vítima (Ibid. p.17). Por isso há que ter em conta como a cena de violência e os rostos dos actores são mostrados.¹⁶

Por isso, Jukic (2016) reforça ao apontar que o uso de imagens de violência física com efeitos visualmente chocantes pode levar a vitimização da mulher ou ao entendimento de que actos só configuram Violência se tiverem resultados visíveis, o que ia afastar a discussão de outros tipos de violência que são menos visíveis, como a psicológica e a patrimonial.

¹⁴A linguagem falada e a imagem são colocadas na mesma categoria pois Borges (2013, p.44) diz especificamente que a palavra é tão fundamental quanto a imagem e que respeitar a força da imagem e descobrir como associá-la ao texto é o segredo da televisão. Num estudo semiótico sobre o uso do borrão na cobertura televisiva, Oliveira (2015) também deixou explícita a relação entre a imagem e o discurso (imagem e linguagem falada). Ou seja, o que não é mostrado na televisão pode ser dito ou vice e versa. Tal leva-nos a crer que o uso de imagens correctas não iliba a matéria jornalística de ser estereotipada e nem o discurso falado correcto iliba a imagem de estereotipar a matéria.

¹⁵A afirmação é suportada pela Rádio e Televisão portuguesa (2001, p.29-30) que explica: “O recurso a imagens com violência susceptível de chocar muitos telespectadores deve ser ponderado. É indubitável que há imagens que, apesar de chocantes, são essenciais para a compreensão global de um assunto, pelo que devem ser difundidas. Porém, se a sua difusão nada acrescentar, essas imagens devem ser cuidadosamente editadas, evitando-se partes gratuitamente chocantes”

¹⁶Jukic explica que no caso da Bósnia, há um perfil específico de imagens a ser mostradas. As mesmas devem ser, dentre outros critérios, ser de interesse público, não explorar a intimidade das pessoas e torná-la pública, pois tal acção e o uso de imagens explícitas na cobertura jornalística não são éticos.

Desta forma, Jukic (2016, p.16) aconselha por isso que na cobertura de VCM sejam usadas **imagens gerais** que identificam o contexto da violência, que são eticamente mais adequadas e trazem uma carga de mensagens menos pesada na questão dos estereótipos. Estas podem ser imagens do local onde a violência tenha tido lugar, como por exemplo a escola ou faculdade.

Por ser signatário de vários acordos de protecção da Mulher¹⁷ que referem o tratamento de imagens como um dos pontos a levar em conta, o canal Miramar tem estes como uma potencial referência para o tratamento das suas imagens, incluindo a apresentação da imagem da vítima mediante autorização da mesma, protecção de identidade de crianças e a forma correcta de uso de imagens de mulheres que tenham perdido a vida.

Oliveira (2015,p.33) explica ainda que desta forma, o canal pode mostrar a imagem do caso, existe a possibilidade da mesma apresentar-se em forma de **cena clara** e mostrar o ambiente violento em toda a sua extensão onde proteger faces e cenas com **o uso de borrões ou pixelagem**¹⁸ gerando **cenos** ou **faces pixeladas**.

Jukic (2016, p.16) fornece 5 categorias para avaliação de imagens ilustrativas:

- **Uso de imagens gerais**

São apresentadas imagens do cenário onde se deu o crime, ou imagens meramente ilustrativas que dão ideia de como o crime aconteceu. Os autores convergem que esta é a melhor forma de ilustrar contextos de Violência Contra a Mulher, pois se apresentado junto às outras categorias, consciencializa-se sem usar sensacionalismos.

- **Apresentação de cena de violência clara**

Aparece em tela a imagem completa e clara da cena onde se deu o crime. Desta forma, o cenário do crime torna-se claro e evidente. Este tipo de abordagem pode levar o telespectador

¹⁷ **A legislação contra a violência contra a mulher e extensa e abrangente, tanto a nível internacional:**

- A Declaração Universal dos direitos humanos (DUDH)
- A plataforma de acção de Pequim (1995)

¹⁸Designação usada por Jukic (2016) em referência ao recurso técnico que pode ser usado em televisão para, entre outros aspectos, proteger a identidade de personagens da história ou para não deixar passar cenas que sejam de violência extrema.

a perder o foco da mensagem falada para perceber o choque da imagem, e pode de alguma forma interferir na percepção do telespectador, levando por exemplo a crer que a violência só acontece em casos em que haja resultados visíveis.

- **Apresentação de cena de violência pixelada**

Aparece em tela a imagem completa da cena onde se deu o crime narrado na matéria. Entretanto faz-se uso do borrão ou pixéis para esconder cenas chocantes e fazê-las parecer menos agressivas. Embora não sendo a mais aconselhável, a mesma mostra menos que a imagem clara, evita o choque e influencia menos na retirada de atenção do telespectador.

- **Apresentação da Face clara**

Aparece em tela a imagem completa de um ou de todos intervenientes da cobertura de forma clara, desta forma a tanto a vítima de violência, quanto o agressor são facilmente reconhecíveis.

Tal pode influenciar na culpabilização (principalmente da vítima, que já tem rosto) e na destruição da imagem do agressor, que tem a identidade clarificada e a sua vida na posterioridade exposta. Pode deste tipo de apresentação advir o medo de outras vítimas de denunciar ou contar história, e do público a percepção de que a VCM é um espectáculo mediático sem fim.

- **Apresentação Face Pixelada**

Aparece em tela a imagem completa do personagem, entretanto faz-se uso do borrão ou pixéis para esconder o rosto e preservar a identidade da vítima. Desta forma, oferece a prerrogativa da vítima ser usada como instrumento de consciencialização, sem ser parte de um espectáculo desnecessário onde será exposta na média e terá danos à imagem.

Ao longo deste estudo, serão igualmente consideradas pixeladas todas as imagens que tentem proteger a identidade de fontes, como por exemplo a colocação de costas para a câmara, apresentação de sombras das vítimas, dentre outras técnicas de protecção de identidade.

PERFIL DO OBJECTO DE ESTUDO

Tendo em conta os pontos de vista defendidos por Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) ao longo do referencial teórico, importa entender até que ponto a Miramar leva em conta as normas técnicas necessários na peça jornalística para a potencial consciencialização, que incluem a apresentação de terminologia da Violência Contra a Mulher, o tratamento da Violência Contra a Mulher como problema social e a Ausência de Estereótipos.

A Miramar define-se como um canal de programação generalista com cobertura em todo o território Moçambicano por via satélite, em sinal aberto e também através de canais a cabo¹⁹, ao operar 24 horas de programação diária. De acordo com (IPSOS,2019 apud PEDRO, 2021, p.5) a Miramar foi o canal com mais audiência entre 2018 e 2019, tendo um media de visualização de 33% contra 16% da Stv e 12% da TVM.

A Miramar é afiliada ao grupo de mídia *Record* e conseqüentemente depende da mesma, o que se reflecte em parte nos seus conteúdos²⁰, como por exemplo na recriação local de programas informativos como o Jornal “*Fala Moçambique*” e o programa “*Balanço Geral*” que são também presentes na grelha dos canais Record no Brasil e retransmissão de programas originais brasileiros.

Dentre os tópicos trazidos em sua programação, assuntos como violência contra mulheres, são parte integrante da produção jornalística do canal, principalmente no seu programa semanal Balanço Geral, Jornal Fala Moçambique, Mz No Ar 1^a e 2^a edição. Entre os casos mais mediáticos constam os casos Josina Machel e Valentina Guebuza, ambos referentes a violência por parceiro íntimo á filhas de antigos presidentes da República e cuja cobertura completa teve lugar nos anos 2016 e 2020, respectivamente.

Em 2021, a jornalista Danissa Muchanga e o Canal Miramar foram premiados pelo grupo Moza-Banco num concurso jornalístico denominado “**A Violência baseada no género em**

¹⁹www.miramar.co.mz

²⁰MIGUEL, João, 2008, p.88

tempos da Covid-19”, um concurso lançado com o objectivo de incentivar os profissionais de comunicação social a investigar, produzir e publicar artigos sobre a violência de género.²¹

O Website da Record Japan²² acrescenta que reportagem denominada **“O grito delas”** do programa Contacto Directo²³, mostrava o agravamento da violência contra mulheres moçambicanas no período de confinamento e trazia histórias de mulheres que sofreram violência durante a pandemia, tendo provado que o confinamento agravou uma questão cultural da supremacia masculina no âmbito familiar.

Até Dezembro de 2023 o canal contava com 5 programas informativos, quatro dos quais comporão a nossa amostra, pois são programas jornalísticos de género informativo e de carácter diário, que apresentam o tipo de peças jornalísticas que pretendemos avaliar:

- **Fala Moçambique**

Denominação do Telejornal da Miramar. De acordo com o website do canal, o programa apresenta as principais notícias com um avanço em comparação ao que está estampado nas primeiras páginas dos principais jornais do país, o programa também aponta os factos que vão mobilizar a atenção dos Moçambicanos ao longo do dia, no âmbito da política, economia, sociedade, saneamento, *direitos humanos, saúde pública*, etc.

Mz no ar 1ª Edição

Espaço noticioso que dá atenção às principais notas informativas do dia anterior e as principais manchetes do dia, notícia da actualidade nacional e internacional, trazendo ao telespectador o ponto de situação do trânsito, meteorologia, desporto, economia entre outras informações de interesse, alinhado com MZ no Ar 2a edição.

²¹ Moza distingue vencedores do Prémio de Jornalismo sobre Violência baseada no Género em tempos da Covid-19 disponível em <https://www.mozabanco.co.mz/pt/noticias/moza-distingue-vencedores-do-pr%C3%A9mio-de-jornalismo-sobre-viol%C3%Aancia-baseada-no-g%C3%A9nero-em-tempos-da-covid-19/> acessado aos 05/01/24

²² Record TV em Moçambique ganha prêmio de jornalismo, Disponível em <https://recordtvjapan.com/record/2021/12/21/record-tv-em-Mocambique-ganha-premio-de-jornalismo/> acessado aos 05/01/24

²³ O contacto Directo é um programa jornalístico Semanal dedicado a reportagens sociais de fundo.

- **Mz no Ar 2ª Edição**

Espaço que dá atenção às principais notas informativas do dia anterior e as principais manchetes do dia, notícias da actualidade nacional e internacional, trazendo ao telespectador o ponto de situação do trânsito, meteorologia, desporto, economia entre outras informações de interesse.

- **Balanço geral**

Programa informativo e interactivo do canal Miramar durante os dias úteis. De acordo com a Miramar, o mesmo apresenta reportagens exclusivas, denúncias e assuntos que dominam o dia-a-dia da sociedade, como são os casos dos problemas nas áreas de **segurança e saúde pública**.

Além das emissões em dias úteis, o Balanço Geral possuía ainda um compacto semanal denominado **Balanço Geral: Casos de Polícia**, aos sábados. A Miramar descreve este como o que traz os casos de polícia de maior impacto durante a semana.

CAPITULO III

METODOLOGIA

O presente estudo visa aferir se as peças transmitidas nos programas Fala Moçambique, Balanço Geral, Mz No Ar 1ª e 2ª edição seguem as normas técnicas com potencial de consciencialização sobre a Violência Contra a Mulher apresentadas por Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018).

A Miramar foi escolhida como objecto de estudo devido um número de factores que incluem: A sua visibilidade, pois além do canal televisivo, a MIRAMAR transmite em directo para o Youtube e Facebook (com cerca de três milhões de seguidores acumulados), na Rádio Miramar (101.4fm) e em outros canais afiliados à Rede Record.²⁴

De acordo com Pedro (2021, p.5) a Miramar foi o canal de televisão com mais audiência entre 2018 e 2019, tendo um media de visualização de 33% contra 16% da Stv e 12% da TVM (Ipsos, 2019). Desta forma, a relevância do canal teve um papel importante na escolha do período de amostragem que cobriu o período entre junho de 2018 e Junho de 2019, levando em conta a potencial visualização das peças sobre a Violência Contra a Mulher.

Foi também levado em conta o enfoque dado a casos de Violência Contra a Mulher em pelo menos 4 espaços jornalísticos, incluindo o do horário nobre (Fala Moçambique) e a relevância do canal na área de cobertura de casos de Violência Contra a Mulher no país. A amostra é uma mescla de notas, notícias, entrevistas e reportagens sobre Violência Contra a Mulher produzidos em quatro programas informativos diários da Miramar, o *MZ no Ar 1 Edição*, *MZ no Ar 2 Edição*, *Balanço Geral MZ* e *Fala Moçambique*, para a mesma foram identificadas 52 peças sobre a temática.

Os dados são avaliados através da análise de conteúdo, levando em consideração as três categorias construídas através dos estudos de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018) para aspectos técnicos com potencial para a consciencialização, nomeadamente: **a) Apresentação de terminologias correctas sobre Violência Contra a Mulher no texto, b) Contextualização da violência como problema social e c) Ausência de estereótipos no texto.**

²⁴ No seu website, o canal defende que cobre 90 por cento do território Moçambicano.

Técnica de colecta de dados

Para realização da presente pesquisa far-se-á uso da revisão bibliográfica e a pesquisa documental.

A revisão bibliográfica será feita com base em literatura Moçambicana estrangeira. A mesma será importante para fornecerá bases teóricas sobre VCM e ajudar-nos-á a perceber com clareza os conceitos usados durante o trabalho, Incluindo Violência Contra a Mulher, Consciencialização e para a Construção de referencial teórico sobre elementos técnicos com potencial para a consciencialização.

A análise documental providenciar-nos-á com informações relativas a legislação e políticas que cercam a VCM em Moçambique, bem como os princípios da cobertura jornalística para casos de VCM no país, pontos-chave na categoria de contextualização.

A natureza deste trabalho é básica, pois pretendemos apenas fornecer mais conhecimento na área e providenciar conhecimentos novos. O método dedutivo será igualmente empregue Entendemos que esta pesquisa não irá esgotar a temática e por isso, o objectivo da nossa pesquisa é exploratório.²⁵

Abordagem da pesquisa

A cobertura de situações que envolvem VCM é feita a vários níveis. Segundo Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018), ao invés da reportagem de casos isolados, a mesma envolve o acréscimo de informações como estatísticas e políticas, bem como um discurso livre de estereótipos. Por isso a abordagem da nossa pesquisa será quantitativa e qualitativa, tendo em vista perceber como os conteúdos informativos é feita no canal Miramar.

De acordo com Tanaka e Melo (2001) a análise quantitativa é usada em situações em que existe a necessidade de avaliar resultados que podem ser contados e expressos em números, taxas, proporções, para conhecer a cobertura e a concentração dos dados e para responder a questões relativas a quanto. No presente estudo, esta abordagem servirá para perceber se as categorias por nos citadas manifestam-se nos conteúdos da miramar e se sim, se os mesmos transmitem um cenário positivo, neutro ou negativo. Posteriormente, tabularemos os resultados quantificáveis como o género do conteúdo, quantidades do mesmo, fontes, etc.

²⁵ Pretendemos oferecer bases posteriores estudos semelhantes.

Por outro lado Tanaka e Melo (2001) referem que a análise qualitativa tem enfoque para avaliar resultados individuais dos participantes da amostra, para responder a questões sobre como, o quê e por quê e para avaliar a dinâmica interna de processos e atividades, bem como para obter uma descrição global e destacar as nuances amostra. Neste estudo, interpretaremos a informação recolhida, para perceber se os números reflectem o que a nossa base teórica teoria ou não.

O estudo avaliará os offs²⁶, semi-directos²⁷ as sonoras²⁸ e as imagens das notas, notícias, entrevistas e reportagens.

Técnica de análise de dados

A análise de conteúdo é usada para a avaliação de conteúdos das peças da Miramar. O estudo tem como base o referencial construído através das obras de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018). Este referencial é usado para interpretar cada um dos elementos que compõem as 3 categorias da pesquisa e as diversas nuances que podem advir das situações práticas que forem identificadas ao longo do texto. Desta forma, categorias são avaliadas da seguinte forma:

a) Apresentação de terminologias correctas sobre Violência Contra a Mulher no texto:

Avalia-se a presença no texto jornalístico do termo correcto para a violência reportada, seja no texto escrito (GC) ou verbal.

b) Contextualização da violência como problema social:

Identificam-se elementos discursivos que correspondam a estatísticas, políticas locais de apoio e histórico de recorrência de violência no texto para perceber até que pontos os mesmos constam ao longo da amostra e de que forma interagem entre si.

²⁶O termo **off** refere-se a voz do repórter ou apresentador de telejornalismo na sua matéria, sendo que o mesmo não aparece no vídeo, também conhecida como *voz off*.

²⁷**Semi-directo** é a aparição física do repórter a olhar para a câmara e a falar parte da notícia, e também conhecida por **passagem**.

²⁸**Sonora** é a entrevista ou depoimento do personagem da matéria, Nodari (2014, p.2) explica que as mesmas servem para ratificar o que o repórter já disse na *voz off*, afinal, este "tem o controlo da narrativa, inclusive de interpretar os dados e relatá-los ao público."

c) Ausência de estereótipos:

Identificam-se, se presentes, elementos discursivos sintáticos e morfológicos que possam transmitir estereótipos ao público, incluindo adjetivos, substantivos e verbos referentes às vítimas e aos agressores.

Através da avaliação de ambas abordagens será avaliado se os aspectos apresentados contribuem ou não para a potencial consciencialização.

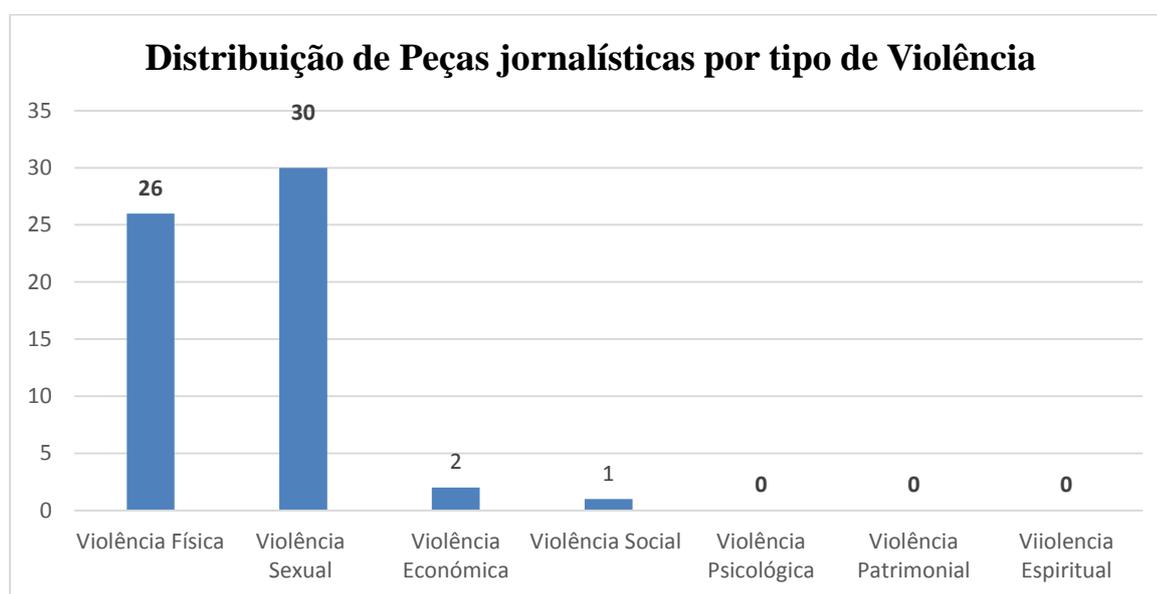
A Natureza deste trabalho é básica, pois pretende gerar conhecimentos novos na área da cobertura de casos de Violência contra a mulher, e a mesma tem o objectivo de estabelecer relações entre as variáveis que forem encontradas nos 52 textos identificados.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

No período entre 1 de Junho de 2018 e 31 Junho de 2019 registaram-se uma amostra de 52 casos relacionados a Violência Contra a Mulher.²⁹

Dentre as 52 peças jornalísticas seleccionadas para avaliação, cinco (5) correspondiam a reportagens e nenhuma (0) a entrevista. Foram também identificadas quarenta (46) notícias e uma (1) a nota coberta.³⁰



Algumas destas peças possuíam peças originais e o seu seguimento. Duas (2) relacionavam-se ao assassinato da vereadora da cidade de Maputo, Célia Cumbe, e outras duas eram relativas a um caso de assassinato e ocultação de cadáver.

Dentre as peças da amostra, 26 relacionam-se a casos de violência física, 30 a casos de violência sexual, 2 foram relacionados a violência económica e um (1) relacionado a violência

²⁹ O total de peças jornalísticas acumuladas dos 4 programas escolhidos para avaliação foi de cinquenta e cinco (55), mas três (3) foram retiradas da amostra pois umas referiam-se ao caso de uma mulher fisicamente violentada por malfeitores que não foi associado ao facto da mesma ser mulher e outro relacionava-se ao tópico violência sexual em geral e não apresentava um caso específico.

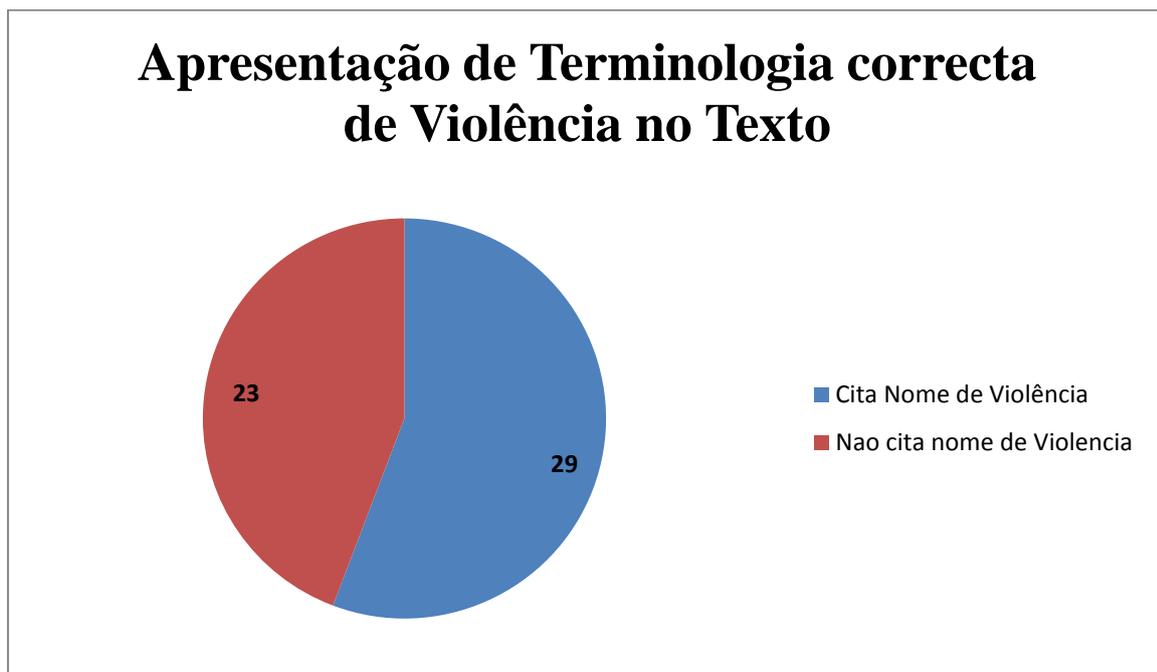
³⁰ Cremos que o mesmo tenha a ver com o formato de programas avaliados. Muitas vezes jornais e blocos noticiosos não fornecem espaço para o género. Seja como for, a falta de balanço entre o número de notícias e reportagens jornalísticas ainda é grande.

social. No mesmo período, não registamos nenhuma peça que representasse casos de violência psicológica, patrimonial ou espiritual.

O número total de casos indicado acima (59), apresenta-se relativamente mais alto do que o total da nossa amostra (52) pois alguns dos casos são relativos a mais de um tipo de violência, como por exemplo, o de uma mulher assassinada que teve o cadáver ocultado, mas ao longo da peça percebeu-se que a mesma era também impedida de sair de casa (violência física aliada a violência social).

1) APRESENTAÇÃO DE TERMINOLOGIA CORRECTA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO TEXTO

Do total de 52 peças avaliadas, vinte e nove (29) citam o tipo de violência que reportam pelo seu nome e vinte e três (23) não o fazem.



Das peças onde o nome do crime é citado (29), encontram-se maioritariamente os casos de Violência sexual que são por vezes tratados como *Violação sexual* e não sendo referidos como *Violência Sexual*. Levaremos este termo em consideração, pois o mesmo contém uma carga semântica que ainda transmite a relação entre a violência praticada e a forma como a mesma pode ser identificada no âmbito legal.

Ex1: “Foi detido no bairro Trevo, na Matola, um cidadão acusado de *violar sexualmente* as suas filhas.”

Ex2: “A Família da menor de 11 anos de idade que foi *violada sexualmente* por um...”

No um outro caso, referente ao abandono de uma mulher e suas filhas pelo chefe de família, o jornalista refere-se ao caso no âmbito da violência doméstica, mas não explica que o caso é de violência económica, este caso também é considerado como tendo a nomenclatura citada, pois o termo ainda clarifica a moldura do crime.

Ex1: Off do jornalista: “É mais um caso de Violência Doméstica na Matola. Uma mulher e duas filhas foram expulsas de casa pelo chefe da família...”

No caso específico das peças que não apresentavam tipologia (23), os casos de violência física predominam na amostra. Neste caso, o texto refere os casos com o uso de expressões como agressão, espancamento, tortura, assassinato e morte.

Ex1: “Esta mulher levou 10 pontos depois de sofrer agressão, protagonizada alegadamente por seu marido.”

No caso relativo ao abandono de uma adolescente grávida de 11 anos o jornalista refere que:

Ex2: “...A menor *foi engravidada* por um jovem de 25 anos, pai de 1 filho que se encontra no distrito de Inhassunge. O mesmo não assumiu o bebé após o nascimento. A menor abandonou a escola na 4ª classe passa por momentos difíceis.”

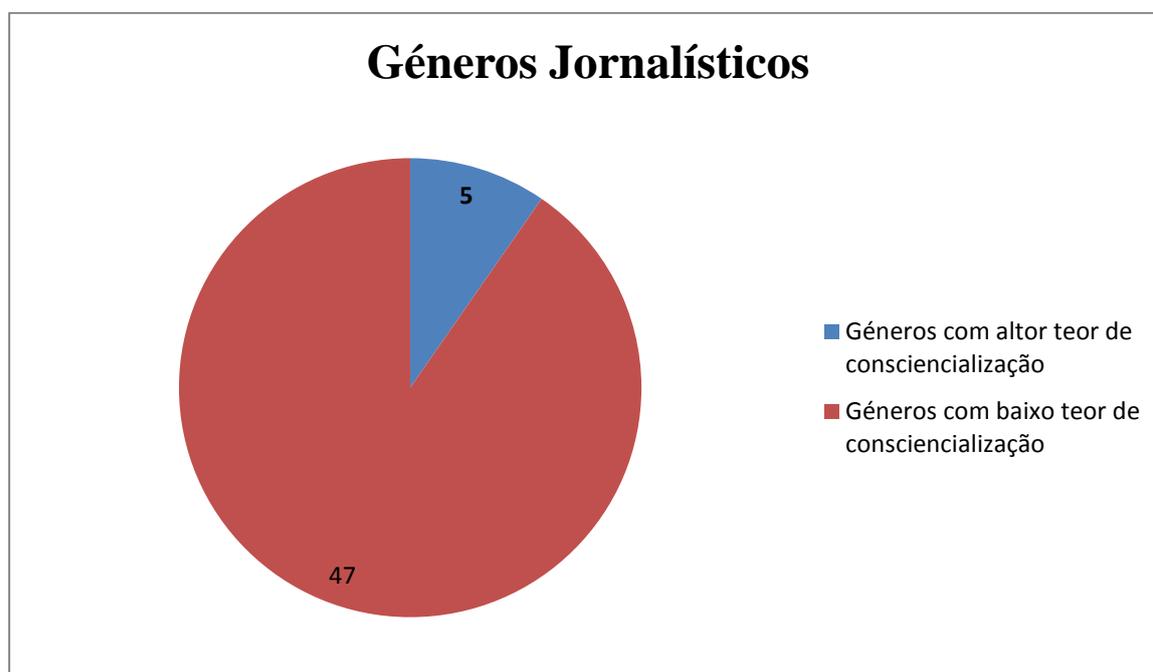
Quantitativamente, percebe-se que a maior parte das peças apresenta o nome da violência de forma verbal ou escrita e que a diferença entre os resultados aponta para 6 casos a mais em relação aos casos que não usam a terminologia correcta. Esta categoria aponta que embora Figueiredo (2016,p.53)³¹ entenda como importante que estes termos sejam evidentes para o público, como forma a consciencializar o receptor, que poderá passar a reconhecer a violência pelo nome, caso o mesmo sofra ou testemunhe um acto de VCM, a categoria é usada parcialmente ao longo da amostra das peças da Miramar.

³¹ Alternativamente, o autor refere que podem ser usadas expressões como violência doméstica, violência na intimidade sobre mulheres, violência no namoro ou homicídio conjugal

2) VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA SOCIAL E CONTEXTUALIZAÇÃO NO TEXTO JORNALÍSTICO

2.a) Géneros jornalísticos com alto teor de consciencialização vs Géneros jornalísticos com baixo teor de consciencialização

Dentre as 52 peças jornalísticas seleccionadas para avaliação, cinco (5) corresponderam a reportagens e nenhuma (0) a entrevista. Foram também identificadas quarenta (46) notícias e uma (1) nota coberta.³²



A nota encontrada na amostra era relativa ao assassinato de Célia Cumbe, vereadora da Cidade de Maputo. A peça não possuía fontes e limitava-se a uma narração do jornalista sobre os elementos mais importantes do caso fazendo uso de informações e imagens gerais ao longo da peça.

Ex1: foi no passado dia 5 de Março, que o corpo de Célia Cumbe, antiga vereadora das finanças do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, foi encontrado na sua residência com sinais de queimadura...

³² A peça dava continuidade a cobertura do assassinato da vereadora Célia Cumbe, trazendo detalhes partilhados pela polícia sobre novos contornos de caso.

A maioria da amostra, composta por 46 notícias, dava enfoque às circunstâncias em que os casos se deram, desenhando um cenário que respondesse ao “quem”, “o quê”, “quando” e “o como”.

Ex1: *“Um homem de quem não conseguimos apurar o nome esfaqueou sua namorada no bairro 5 na cidade de Chimoio. O facto aconteceu depois de uma briga de casal...”*

Ex2: *O rapaz supostamente violado pelo pai tinha 5 anos e a menina 12 anos. As violações teriam sido sistemáticas. Para garantir a continuidade da relação íntima com os filhos, o predador sexual ameaçava...*

Ex3: *uma relação dos sonhos que quase terminava em morte na Matola. Esta mulher levou 10 pontos na cabeça depois de sofrer uma agressão alegadamente protagonizada pelo seu marido...*

Tanto em número quanto em qualidade, o material apresenta uma discrepância acentuada., uma tendência entendida por Figueiredo et al (2018,p.37) e de Jukic (2016,p.39) como a de uso de textos com baixo enfoque de contextualização (notas e notícias), que limitam o espectro do telespectador, levando-o a compreender casos de violência contra a mulher como isolados e dependentes de condicionantes individuais.

Há, no entanto, que referir que foram igualmente identificadas 5 reportagens sobre a violência contra a mulher ao longo da amostra. A mais longa, transmitida ao 27 de Junho teve de 4 minutos e 53 segundos e foi produzida pelo jornalista Fidelton Emídio sob o tema *Violência Doméstica no país.*³³

Nesta peça é trazido um vox pop, dados estatísticos e referencias a locais de apoio no semidirecto do jornalista, são entrevistadas vítimas, um psicólogo e um jurista e é desenhada uma imagem mais completa a respeito da problemática da Violência Contra a Mulher em Moçambique. O semidirecto do jornalista aponta:

Ex1: *“Segundo dados do Ministério do Género Criança e Acção Social, nos primeiros 3 meses de 2019, foram registados cerca de 3800 casos de violência doméstica (...) e maior parte dos caos incidiram sobre as províncias de Sofala, Gaza e Nampula. Veja-se que em 2018, o registo foi de um total de 28000 casos no país (...) A violência doméstica é seguindo a lei, um crime público e que deve ser denunciado. Constata-se que a sociedade*

³³ Reportagem apresentada aos 27 de Junho de 2019

Moçambicana carrega uma série de tabus em relação a este fenómeno. Na verdade, este é um assunto que divide uma diversidade de opiniões.”

A reportagem acima é a mais completa e complexa dentre as cinco, sendo seguida pela produzida por Olívia Mapute, com o tema *Feminicídio no Mundo*, com 4 minutos e 16 segundos.

Nesta, a repórter Olívia Mapute traz 3 fontes, duas que relatam a história que cercou a morte das mulheres e a terceira explica a sua própria história, com a mulher sempre no centro da narrativa. É também trazido um vox pop que traz o pensamento do público, um *on* de um jurista que especifica a moldura penal da Violência contra a Mulher no país, uma psicóloga que explica os comportamentos que citam estatísticas e uma activista que define o feminicídio.

Nos semi-directos, a repórter traz tanto estatísticas nacionais e mundiais, como a referência de que a Miramar já tinha reportado 5 casos de assassinatos de mulheres em sua própria casa e um apelo à denúncia.

Ex2: “O relatório das Nações Unidas recentemente lançado aponta o lar como o lugar mais perigoso para as mulheres. Só este ano, a Miramar reportou mais de 5 casos de mulheres assassinadas dentro de casa (...) Denunciar e não ficar calada pode ajudar a justiça a penalizar os infractores, que podem ter pena máxima.”

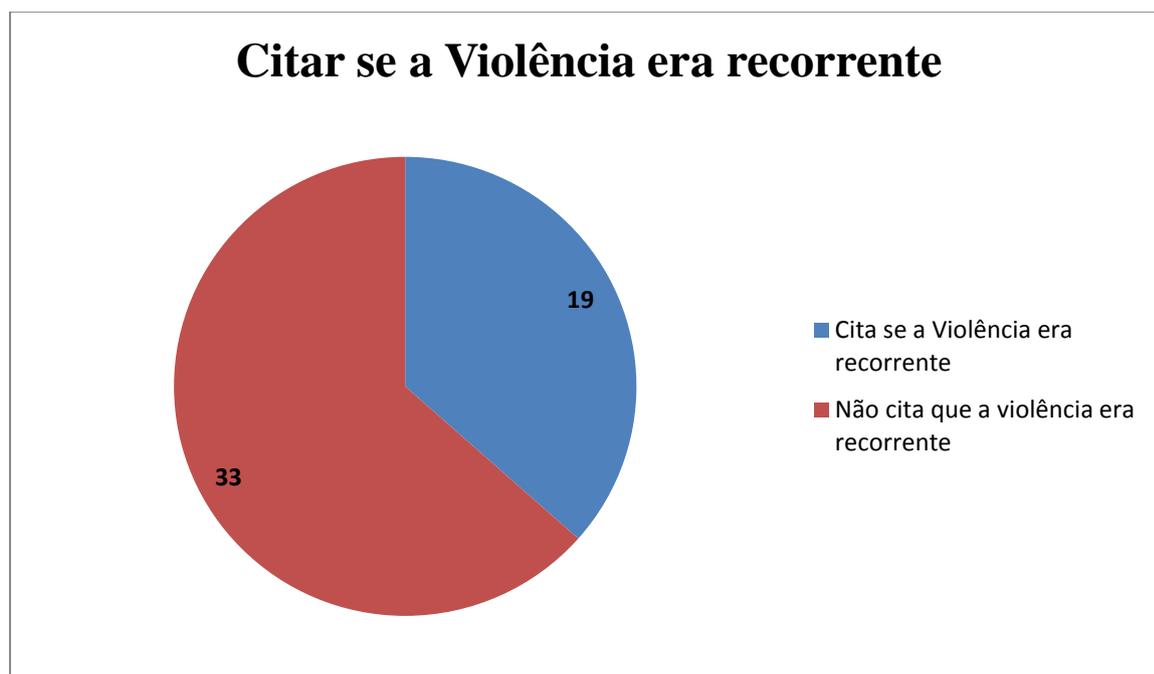
As três outras reportagens apresentam relativamente menos vozes de especialistas trazendo, no entanto, outros pontos de interesse, tal é o caso da reportagem a respeito de violência sexual sofrida por duas mulheres apresentada em Maio de 2019, que dá maior enfoque a testemunhos de vítimas e ao trabalho de ONG's que trabalham na defesa de direitos da mulher.

A diferença notória dos géneros (num rácio de 1 reportagem por cada 9 notícias) sugere que o seguimento das normas com potencial de consciencialização no que refere a usos de textos jornalísticos com alto teor de contextualização na Miramar ainda é baixo, indo contra Jukic (2016) e de Figueiredo (2018) para a construção de material com potencial de consciencialização através de material com espaço suficiente para a contextualização.

2. b) Elementos de contextualização da VCM como um problema social

a) Citar se a violência era recorrente

Dezanove (19) das 52 peças jornalísticas apresentaram histórico relativo ao caso, fosse através de testemunhas ou do jornalista em voz-off ou semi-directo.



O facto de que a violência era recorrente é principalmente citado no caso de violência no foro conjugal ou doméstico, principalmente entre casais, bem como violência sexual perpetrada por um indivíduo próximo ou conhecido da vítima.

Nos 2 casos de violência económica, citava-se que já havia algum tempo em que decorria, e de que forma acontecia. Um extracto da peça publicada aos 13 de Setembro de 2018 mostra o discurso da vítima e do repórter:

Ex1: *Já tenho anos em que ele anda a fazer o mesmo. Ele veio me mandar embora e saí, depois de um tempo eu vi que estava a alugar e já não tinha dinheiro, vim nesta casa arrombei e fiquei (...) ele voltou e foi levar o caso no posto policial.*

Off do Jornalista: *Ela alega que o caso já se arrasta há muitos anos...*

Figueiredo et al (2018, p.17) refere que a presença de elementos de informação e/ou sensibilização são essenciais para contextualizar os casos de violência noticiados, ao mostrar

a dimensão social/direitos humanos/dignidade humana e a partilha de histórias de superação pelas sobreviventes, o que pode, de alguma forma, ao receptor a reconhecer a violência e associar a alguma acção que tenha ou venha a testemunhar ou ser vítima.

O número de peças que o faz na amostra compõe pouco mais de 1/3 da amostra mas é qualitativamente sólido pois quando citada a recorrência da violência, a Miramar fá-lo de maneira consistente, considera-se por isso que este indicador foi usado de forma parcial nas peças jornalísticas.

b) Citar se a vítima pediu ajuda

Treze (13) das 52 peças se apresentam com este indicador. O número representa um quarto da amostra.



O número de peças onde os pedidos de ajuda a autoridades ou a comunidade são citados corresponde a 1/4 da amostra e quando tal é reportado, poucas vezes são trazidas no formato de histórias de sucesso, pois várias vezes culmina de forma negativa, como por exemplo, a morte da vítima.

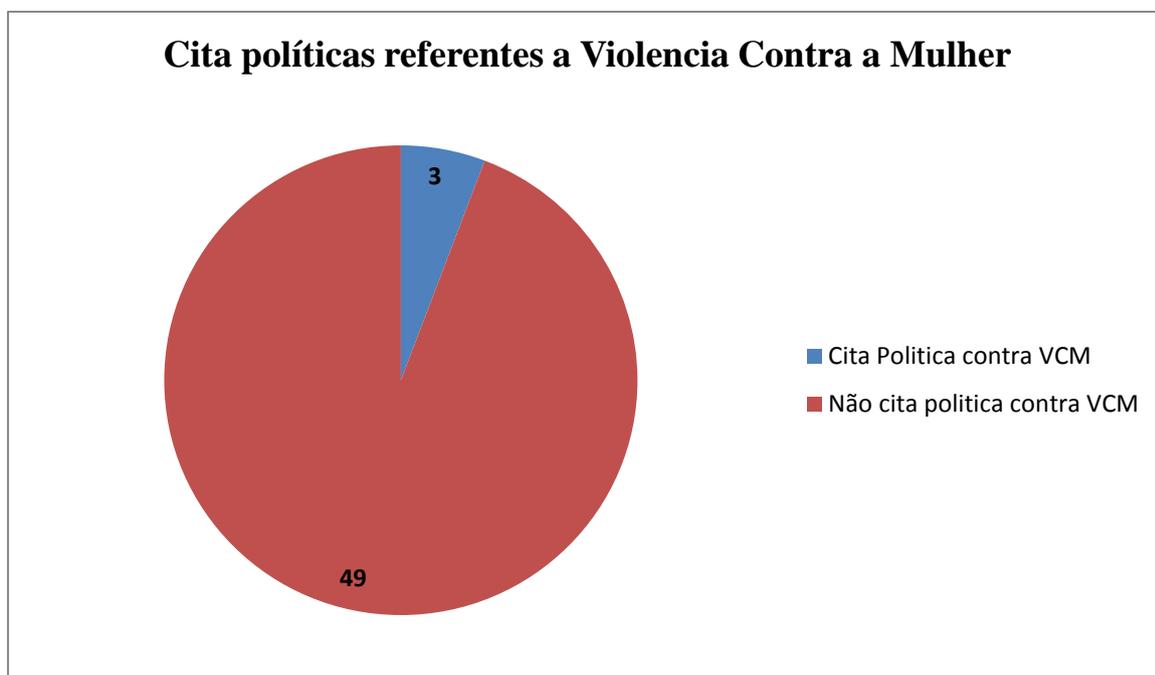
Importa lembrar que Figueiredo et al (2018, p.9) aponta que deve-se sempre que possível inserir a informação de que a violência possui padrões próprios e um ciclo que deve ser

tomado para evitar ou acabar com a situação, e que todos devem constar das peças jornalísticas reportadas. Para Figueiredo et al (2018, p.39) pelo facto de não serem contrabalançados por um número significativo de peças que apontem mulheres vítimas de violência que tenham pedidos de ajuda e ouvidas e socorridas, podem potencialmente passar ao telespectador a ideia de que casos de violência contra a mulher não têm solução viável.

Desta forma, qualitativa e quantitativamente, este indicador demonstra-se uso de forma parcial durante a produção das 52 peças.

c) **Citar política nacional ou internacional**

A amostra aponta que três (3) das 52 peças citarem a existência de algum tipo de lei, ou política contra a violência perpetrada no país e/ no mundo.



As peças que o fazem referem políticas ao longo da amostra são maioritariamente as reportagens de fundo, que referem a legislação, estudos, propostas de lei, dentre outros. Estas são trazidas na voz de um jurista ou do próprio repórter

De acordo com Jukic (2016), não citar políticas e legislações, como é o caso das 49 peças acima, reduz o potencial de contextualização do telespectador pois transparece que não há quem possa ajudar a vítima de violência e pode causar uma sensação de desamparo por parte da vítima e de impunidade por parte do perpetrador.

Figueiredo (2018, p.17) reforça este pensamento ao enunciar que nestes textos, destacam-se as medidas de coação e/ou condenação em tribunal ou a dimensão social/direitos humanos/dignidade humana, a divulgação de serviços de apoio à vítima, o incentivo à denúncia/crime público, como elementos de potencial consciencialização do público.

Pelo facto de Moçambique possuir políticas e legislações contra a Violência Contra a Mulher³⁴. Em Moçambique, várias destas peças podiam acrescentar informação que pudesse consciencializar o telespectador do facto de que por serem contra mulheres, os crimes têm um carácter específico e da existência da prerrogativa de denúncia e acompanhamento personalizado das vítimas do crime.

Devido ao facto do número de casos apresentados na amostra como citando a legislação ser equivalente a um 1/3 das vezes em que as políticas nacionais não são citadas, entende-se que este indicador é usado no texto de forma parcial.

³⁴ A legislação contra a violência contra a mulher e extensa e abrangente, tanto a nível internacional:

- A Declaração Universal dos direitos humanos (DUDH)
- A Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW)
- A plataforma de acção de Pequim (1995)

Como a nível Nacional:

- A constituição da República, aprovada em 2004 (Universalidade da igualdade)
- Código penal
- O plano nacional para o combate e prevenção de violência contra a mulher (2008-2012)
- A lei sobre a violência praticada contra a mulher (Lei 29/2009— Violência Doméstica Contra Mulheres)
- A lei sobre a violência praticada contra a mulher
- O mecanismo multisectorial de atendimento a mulher vítima de violência (2012)
- O protocolo de Maputo (2003)
- A lei da família

d) Citar estatísticas Nacionais

Três (3) das 52 peças apresentaram estatísticas ao longo da amostra. O número equivale a 1 a cada 17 casos reportados.



Citar estatísticas não foi uma prática comum durante a produção das peças avaliadas da amostra. Das três peças apresentadas, a primeira trazia a citação:

Ex1: "16 casos de violência tiveram lugar ..."

A segunda, uma reportagem apresentada em Junho de 2019 trazia uma citação completa:

Ex2: "Segundo dados do Ministério do Género, Criança e Acção Social, nos primeiros 3 meses de 2019, foram registados cerca de 3800 casos de Violência doméstica contra mulheres, homens, crianças e idosos. O maior número de casos incidiu sobre as províncias de Sofala, Gaza e Nampula, e veja-se que em 2018, o registo total foi de cerca de 28000 casos, em todo o país. "

A terceira, uma reportagem de Olívia Mapute refere estatísticas a vários níveis e cita igualmente que:

Ex3: "Manica também exemplo de instabilidade nas relações conjugais (...) África e América são apontadas como as regiões mais perigosas para as mulheres."

O resto da amostra (49) não trazia números específicos, tendo referido estatísticas indefinidas, com expressões do tipo “*muitos casos de violência*”, “*vários os casos de violência*”, “*É mais um caso de violência...*’.

Jukic (2016, p.29, p.36) e Figueiredo (2018,p.11) referem que a ausência de estatísticas pode tornar a peça jornalística menos potencialmente consciencializante, pois demonstra baixo nível de sucesso referente a casos de denúncias sobre VCM. Para os autores, a prática pode levar a criação de ambiente de descaso referente a denúncias de VCM, uma situação que não abona para a partilha de conhecimento e potencial mudança de atitudes por parte do público.

Santos (2008, p.24-25) explica também a necessidade de análises críticas, bem informadas e contextualizadas socialmente, apoiadas em dados estatísticos nos textos sobre VCM. O pensamento é reforçado por Figueiredo (2018, p.9) que a contextualização pode manifestar-se através da apresentação de dados estatísticos nacionais pois estes representam um dos fundamentos para a prevenção destes actos.

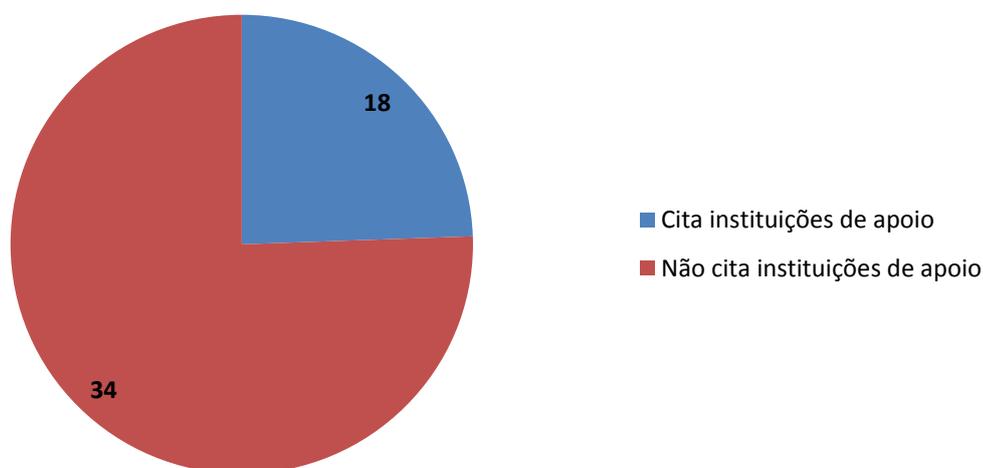
A partir da análise das peças foi possível perceber que embora existam estatísticas governamentais como o Ministério do Género Criança e Acção Social, o Ministério da Saúde, do Instituto Nacional de Estatísticas e outras instituições que trabalham na área de prevenção da Violência Contra a Mulher estatísticas são pouco accionadas na construção das narrativas sobre da Miramar.

De maneira teórica, a quantidade de peças que cita estatísticas é extremamente mais baixa do que as que não usa, considerando-se que estas são citadas de forma esporádica no assunto, especificamente quando estas são partilhadas em ambientes como o lançamento de um relatório ou um briefing policial, que potencialmente dêem vazão a criação de uma pauta relativa ao tópico da Violência Contra a Mulher.

e) **Citam instituições de apoio a vítimas**

Dezoito (18) das 52 peças citam este ponto, correspondendo a quase um terço da amostra.

Cita instituições de apoio às vítimas



Ao longo da amostra, nem todas as instituições são apresentadas no texto de forma verbal, mas todas são identificáveis através das imagens do vídeo, fazendo uso da relação texto-imagem própria da televisão. Por isso, a palavra concreta para definir a transmissão desta informação é *implícita* pois não se percebe se é desejo do repórter mostrar a imagem para passar a informação ou não.

As peças que apresentam estas instituições são produzidas de forma recorrente em esquadras, hospitais, estruturas do bairro e por vezes Organizações Não Governamentais (ONGs) que lidam com a mulher vítima de violência e/ou vivendo com HIV, bem como tribunais e procuradorias locais.

Levando em conta que o texto escrito ou falado está estritamente associado às imagens e que ambas possuem alto valor informativo para o telespectador, podemos considerar parcial o número de vezes em que as peças referem esses locais de forma verbal ou gráfica.

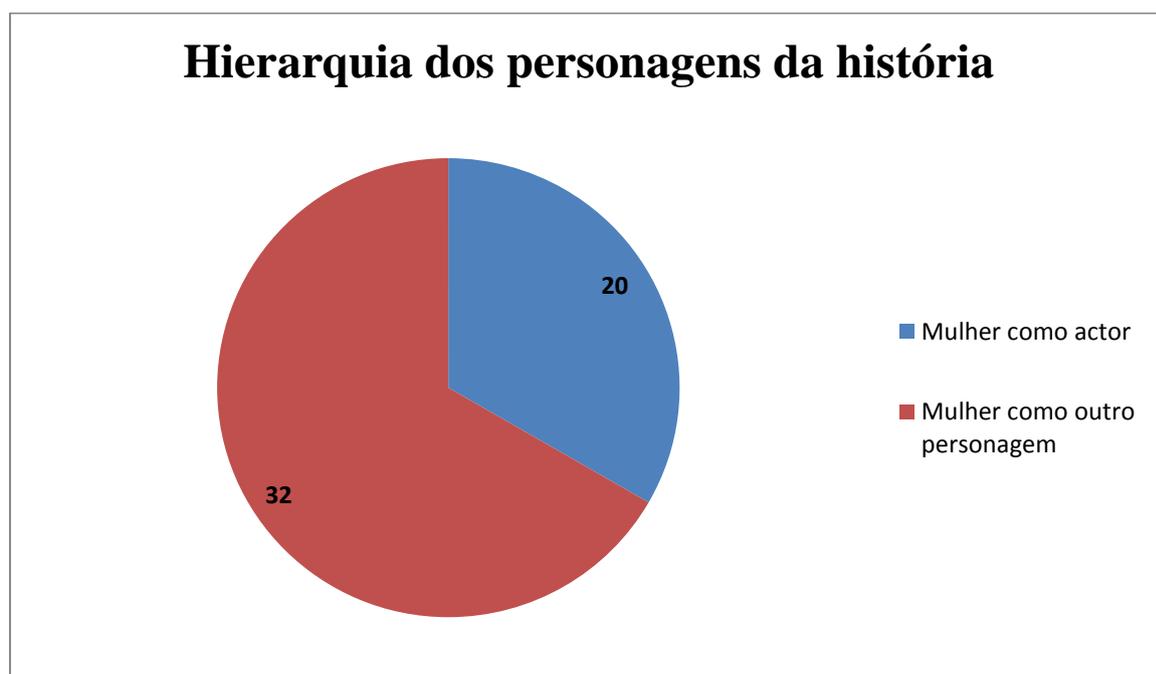
Para a potencial consciencialização do público em geral e de mulheres vítimas de violência em específico defendido pelo referencial teórico deste trabalho, a baixa citação destas instituições (18 vezes em 52 peças) no texto têm efeito negativo.

Esta situação agudiza-se numa altura em que o Perfil de Género de Moçambique (2016, p.10) aponta que muitas vezes, as mulheres e raparigas não têm conhecimento dos seus direitos, e o sistema judiciário não está preparado para lidar com o facto de as mulheres não terem acesso à justiça de uma forma sensível ao género.

3. ESTEREÓTIPOS

3.a) Hierarquização dos actores

Das 52 peças, 20 usaram a mulher como actor da história e 32 usaram outros personagens como fio condutor da narrativa.



- **Mulher como Sujeito da história**

Vinte (20) mulheres foram usadas como sujeito ao longo da amostra, estas mulheres foram usadas no centro da história, estando vivas ou mortas. Há que levar em conta que avaliamos não somente o discurso contado pela vítima, mas também aqueles em que representantes da mesma respondiam em caso da ausência da mesma (como a morte).

Figueiredo et al (2018) defende que usar a mulher como personagem principal da história ajuda a mesma a partilhar a sua história, que está directamente associada ao que se mostra e se diz na peça, desde que o faça com cuidado na escolha do discurso partilhado na peça. Ao longo da pesquisa dois tipos de uso da mulher como sujeito foram identificados:

- No primeiro, 18 peças demonstravam a mulher a narrar o crime de que foi vítima, ou na sua impossibilidade de contar, pessoas que falavam em seu nome. As peças tinham por isso o seguinte modelo:

Ex: Off do jornalista: Depois de ter ficado internada no HCM na sequência da agressão física de que foi vítima por parte do seu ex-marido, esta mulher que pede a ocultação da sua imagem diz que não se lembra exactamente do acontecido.

Vítima: *Não sei se me esfaqueou com faca ou com aquelas pedras que estavam ali no meu quarto...*

- No segundo tipo, 2 peças colocavam o enfoque na mulher como detentora de experiência. Duas mulheres que foram vítimas de Violência Sexual partilharam as suas histórias e explicaram como o facto se deu e as suas consequências.

As mulheres explicam como as suas famílias reagiram a violência e explicam como se sentiram. Ao longo do discurso as vítimas mostram ainda como o processo de culpabilização aconteceu e como a situação teve consequências sociais.

Ex:

Vítima 1: *“No início, quando tentei dar a queixa, a minha família disse que não poderia seguir o caso porque eles eram superiores da igreja, não queriam criar polémicas e que não podiam mesmo seguir e tínhamos que deixar o caso como estava. Por outra também recebia insultos da parte da minha família, diziam que eu quis, que eu me entreguei para aquele homem para que possa ter relações com ele. “*

Ainda na mesma peça de reportagem, outra vítima conta a sua história, que corrobora com o off do jornalista, que cita as consequências psicológicas de uma violação sexual:

Vítima 2: *“Quando cheguei em casa não falei com ninguém, tomei banho, entrei nas cobertas e nesse dia não dormi. A partir desse dia não dormi mais, andava a noite e brincava com amigas à noite e de dia eu dormia. A noite andava do tipo me defendia, era do tipo vou me defender daquelas pessoas, e fiquei assim, tentei suicídio por várias vezes, entrava em desespero, rodava no mesmo sítio para de*

alguma forma tentar esquecer aquilo porque me dava vontade de tirar a minha vida”.

Esta é, de acordo com Jukic (2016), a maneira correcta de usar mulheres nas peças jornalísticas, pois a mesma mostra com clareza ao telespectador que as consequências da VCM vão muito além da violência sofrida e podem gerar ciclos de dor e podem até terminar em morte.

Levando em conta que peças que usam a mulher como protagonista correspondem a um terço da amostra, o aspecto quantitativo já demonstra uso parcial de elementos para consciencialização, que, se aliada ao facto de apenas duas peças terem dado enfoque a discursos positivos e das peças não terem ido além do facto da violência, tem um efeito que pode ser contrário a potencial consciencialização.

- **Outros personagens como sujeitos da história**

Trinta e duas (32) peças com enfoque em outros personagens são apresentadas ao longo do período de avaliação. As mesmas incluem maioritariamente os vizinhos, a polícia, os agressores e a família como principais informantes da história.

Por serem peças com fundo policial, a maior parte das mesmas conta com a presença de um membro da polícia que fala à imprensa para trazer a acusação formal, limitando-se a dar uma descrição dos assuntos que possuem enfoque na descrição do crime. Uma prática que de acordo com Jukic (2016) não abona para a consciencialização, pois o poder policial é por defeito estereotipado.

Os vizinhos são também um recurso extensamente usado nas peças estudadas principalmente em casos de homicídios e violência contra a mulher em foro doméstico. Os mesmos são as fontes de informação e de contexto mais comuns e explicam como a situação se desenrolou. A família é usada nos mesmos termos que os vizinhos, providenciando dados, maioritariamente factuais relativos ao crime ou ao caso.

Tal pode ser notado na peça relativa ao assassinato e ocultação de cadáver de uma mulher. Neste, uma vizinha é usada como fonte em duas peças (original e seguimento) para falar dos últimos dias de vida da vítima.

Na primeira peça, aquando da descoberta do corpo a vizinha explica:

Vizinha: *“Eu estive nos últimos dias da vida dela. Ela apareceu ali em casa numa tardinha, até eu fiquei admirada. Não sabia que ela tinha de voltar de novo. Ela chegou, conversei com ela (...) Desde esse dia até hoje nunca mais me avistei com ela.”*

Na segunda peça, após a localização do agressor, a mesma vizinha é usada como uma das principais fontes. Desta vez para explicar:

Vizinha: *“Ela era uma pessoa boa né... só que ela vinha comentando que aquele moço ali estava a lhe maltratar, que nem queria que ela saísse de casa, só queria que ela ficasse ali em casa, ela sempre comentava quanto a isso...”*

Há que lembrar que a família, tal como os vizinhos, é fonte necessária, mas não no papel principal, até porque para Figueiredo (2018, pp.38-39), “o uso dos mesmos como sujeito na peça acaba trazendo um ponto de vista mais baseado em crenças do que em factos, contribuindo na construção de uma peça baseada em suposições e estereótipos do que no que realmente se desenrolou”.

Agressores são igualmente usados como sujeitos da história, contando sua versão da história. Este espaço não pode ser tirado dos mesmos, maioritariamente devido a presunção de inocência e direito à palavra, aspectos basilares da prática do jornalismo.

Entretanto, devido a natureza do género notícia, que prevaleceu ao longo da amostra, algumas peças limitaram-se a noticiar o facto que se deu a partir da história do agressor, com conteúdos neste modelo:

Ex:

Chama-se Alex Abílio, é o principal suspeito do cometimento deste crime macabro e a sua residência passou a ser a cela da 4ª esquadra da Matola. Trata-se de uma morte que chocou os residentes do bairro da Liberdade, na cidade da Matola e em particular aos familiares da vítima.

Porém, algumas peças dão enfoque não só ao discurso mas também tempo suficiente para que o indiciado culpe a vítima. Tal acontece, por exemplo, aquando da prisão de um homem pela suposta violação de 2 adolescentes. A história desenrola-se no seguinte modelo:

Jornalista em off:“... O jovem de 34 anos é acusado de abusar sexualmente duas menores de 13 e 15 anos, no bairro de Laulane.

Sonora do Indiciado: *Não violando, mas sim estando, a fazer o que, é como estarmos a se ajudar...aquilo que eles pediam, como refeição para a sua casa onde é que eles vivem, sempre dava. E nessa oportunidade acabei me relacionando com elas...*

Jornalista em semi-directo: “Para lograr os seus intentos, o violador aliciava as vítimas em troca de um prato de comida...”

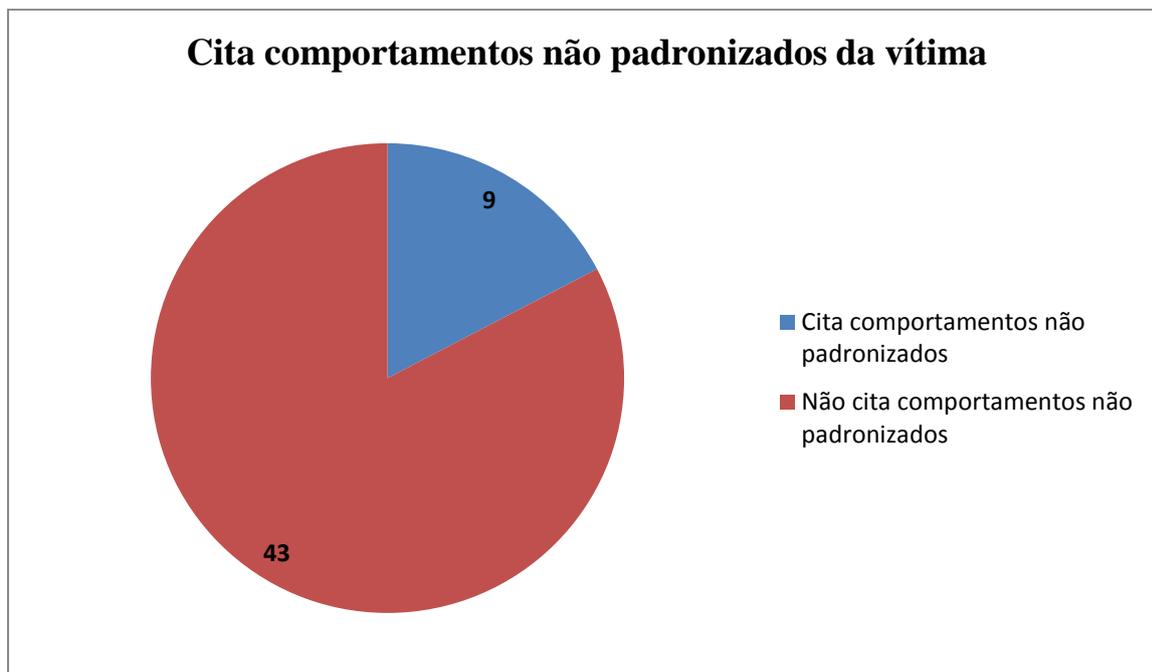
De acordo com Santos (2008, p. 17), material jornalístico deste tipo pavimenta caminho para a manutenção de estereótipos, que mostram a supremacia (maioritariamente masculina) pois um discurso unilateral e acusatório constrói todo o fio da meada da peça e o imaginário dos telespectadores e não possui potencial para consciencializar porque transmite suposições e estereótipos enquanto arrola poucos factos com que o telespectador pode se identificar.

De forma quantitativa, considera-se por isso, que a amostra segue parcialmente as normas para a consciencialização do público sobre assuntos de Violência Contra a Mulher na perspectiva de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo et al (2018).

3.b) Estereótipos de Linguagem

- **Citar comportamentos não padronizados da vítima**

Das 52 reportagens que compõem a amostra, 9 das peças citam comportamentos não padronizados da vítima.



De acordo com Jukic (2016) estes mostram que se uma mulher sofreu algum tipo de violência foi pela forma como se comportava. Este indicador é associado ao reforço de estereótipos.

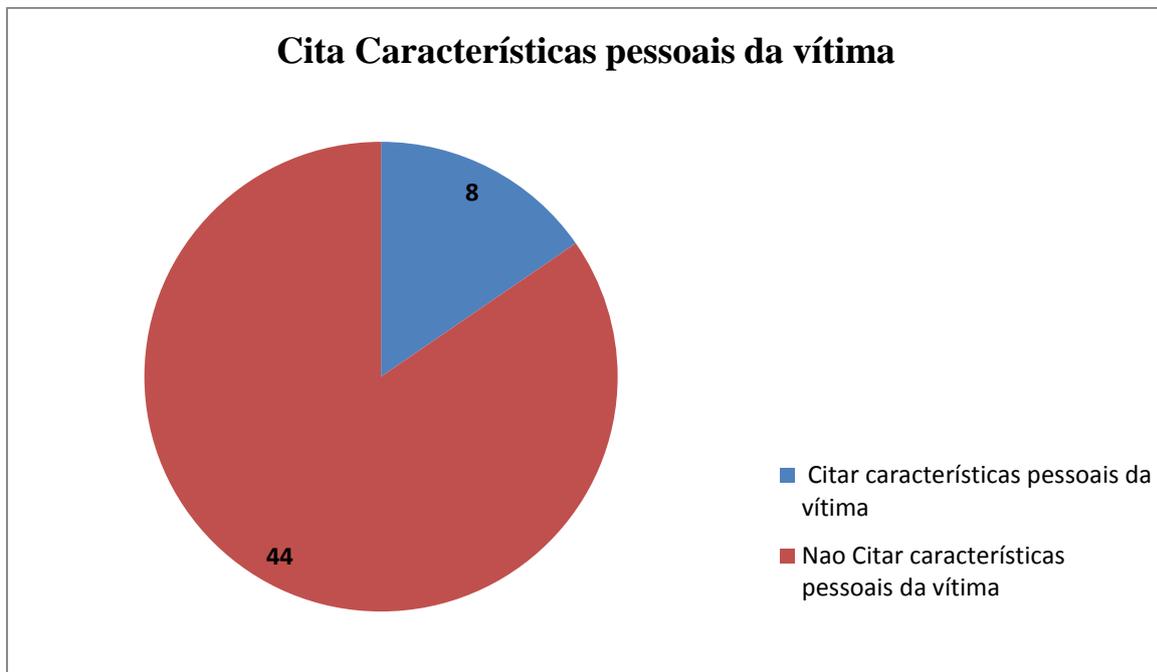
A maior parte das peças tem um enfoque na história contada pelas fontes e poucos semi-directos e *ons* reforçam os estereótipos, pois as famílias acusam o agressor da situação e apontam a vítima como alguém que sofreu uma injustiça. São por isso, maioritariamente os agressores que têm espaço para falar sobre potenciais aspectos negativos de comportamentos da vítima.

Embora existam nove (9) exemplos de casos como o de uma jovem violada por dois indivíduos, onde o jornalista explica que *“A irmã (...) lamenta o comportamento da vítima.”*, as peças são maioritariamente livres destes estereótipos.

Entende-se que este aspecto técnico é usado parcialmente (devido a existência de mais de um estereótipo na amostra, no entanto, o número de vezes em que este indicador é relativamente baixo (1/6) o que demonstra que as normas foram potencialmente seguidas ao longo da produção das peças.

- **Citar características pessoais da vítima**

Ao longo da amostra, 8 das 52 peças demonstraram esta tendência.



Esta forma de culpabilização é encontrada quando se citam características da vítima como causas da violência que a mesma sofreu. Diferentemente do que vimos no indicador anterior, aqui, a mulher tem, *de per se*, tendência a ser vítima de violência e não sair do ciclo de violência, e manteve-se numa situação perigosa sem necessidade.

Santos (2018,pp.50-51) aponta que eles elementos no caso da vítima:

“ Associam determinadas condutas, como problemas de alcoolismo, relações amorosas, incapacidade de quebrar a relação com o agressor, que a podem culpabilizar e responsabilizar pela violência. Do mesmo modo, a construção mediática em torno da vítima fragilizada, circunscrita ao medo das agressões, à dificuldade de sair do ciclo da violência e ao horror do crime é visível na seleção de palavras que a descrevem.”

(SANTOS, 2008,pp.50-51)

De acordo com Santos (2008, p.17) não se pode deixar transparecer que o agressor não se podia conter pois a vítima era susceptível a ser violentada, pois desta forma passa-se a culpa da violência para a vítima e transparece-se ao público a mensagem de que nem sempre o agressor tem culpa dos seus actos, um pressuposto considerado falso pelos teóricos da consciencialização sobre violência contra a mulher.

A maior parte das peças não faz uso deste estereótipo (44 peças) pois pelo facto de famílias e vizinhos serem testemunhas citadas como o fio condutor da narrativa, muitas vezes os mesmos sobressaltaram as características positivas da vítima, em detrimento de agressores, quer fossem parceiros íntimos ou estranhos.

Dos nove (9) casos que citaram o estereótipo, o modelo é consistente, tendo o agressor a citar as causas da violência e uma fonte policial. Num caso referente à prisão de um homem pela suposta violação de 2 adolescentes, o conteúdo da peça culpa as vítimas do crime, através de uma sonora do indiciado.

Jornalista em off: O violador é confesso e acusa as menores de o terem aliciado, afirma ainda que as vítimas viviam na rua e não aparentavam menor idade.

Sonora do Indiciado: *“Insisti tanto para não acontecer, mas sim, passando alguns dias as mesmas meninas faziam o quê, estando a seduzir, como aquele é o trabalho delas, que vinham fazendo dias atrás noutras casas, com outras pessoas. Assim, vinham com saias curtas e falavam com o próprio nome...do sexo.”*

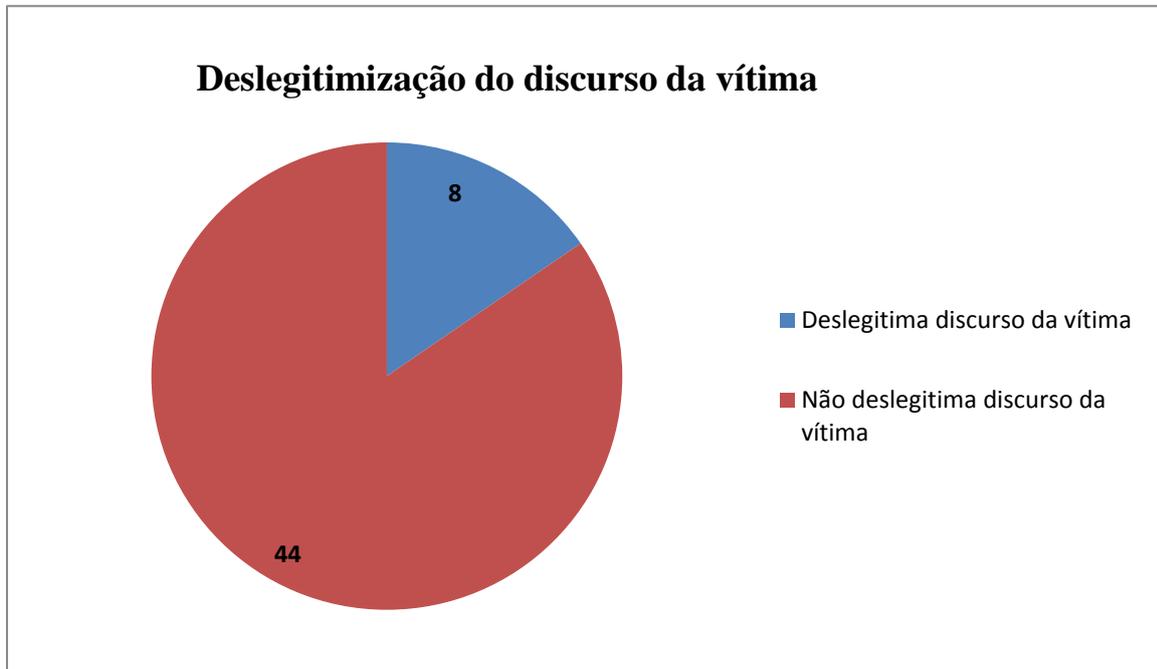
Esta peça conta com apenas mais uma fonte policial que possui uma sonora de nove segundos a explicar como o caso se deu no ponto de vista policial.

Santos (2008,pp. 50-51) e Figueiredo et al (2018,p.36) são unânimes na defesa de que a culpabilização da vítima não pode, de forma alguma, constar numa peça jornalística, pois faz com que o público tenha uma visão pequena e estereotipada da extensão da Violência Contra a Mulher, isto sem contar que estes já são um sinal claro de parcialidade jornalística.

No entanto, é evidente que os estereótipos existem parcialmente na amostra e por isso pode-se considerar que as normas foram seguidas de forma parcial no texto, mas, uma vez mais, o canal não tem como hábito transparecer que talvez a mulher tenha merecido a violência que sofre devido ao seu "mau" comportamento, o que potencialmente levaria a uma apatia do receptor a casos de Violência Contra a Mulher.

- **Deslegitimação do discurso da vítima**

Sete (8) dos 52 casos deixaram implícito ou explícito que a vítima se colocou numa situação perigosa e que foi vítima de um crime porque a vítima estava em uma situação de risco em que a violência era um resultado esperado.



O caso mais significativo do uso deste indicador é o de uma mulher encontrada morta numa pensão no bairro de Albazine, onde em vários momentos, o jornalista falava ou trazia fontes que corroboram que a mesma morreu porque trabalhava num ramo que se pressupõe imoral e perigoso, ao contrário das pessoas "correctas" que a cercavam. Eis o extracto:

“Jornalista em voz-off [Inicia a peça]:

“ A mulher que foi encontrada morta numa pensão, com fortes sinais de ter sido assassinada após relações sexuais, fazia parte, segundo testemunhas, do grupo de trabalhadoras de sexo que se posicionam próximo ao chamado calçadão do Albazine a caça de clientes.” (...) “Distanciam o crime do proprietário da pensão que segundo eles, procura ganhar a vida de forma honesta.”

Sonora da fonte 1: "Aqueles, o que é que fazem, ficam à espera de cada pessoa que sai, um cliente dos bares, ficam a pssst, pssst, são 200, 250,300, é isso que elas fazem...Então é isso..."

Jornalista em voz-off:

“Acrescentam que teria evitado a morte se distanciando da vida nocturna e deixam um apelo as profissionais do sexo.”

Sonora da fonte 2: "A nossa malograda, teria evitado...se não tivesse pautado pela vida nocturna.”

Jornalista em voz-off:

“Moradores defendem que quando a polícia evacuou (...) que fazem imundície e promoviam imoralidade no terminal, devia ter tirado as profissionais do sexo que continuam posicionadas no local.” (...) “Contudo, defendem a identificação e responsabilização do assassino. ”

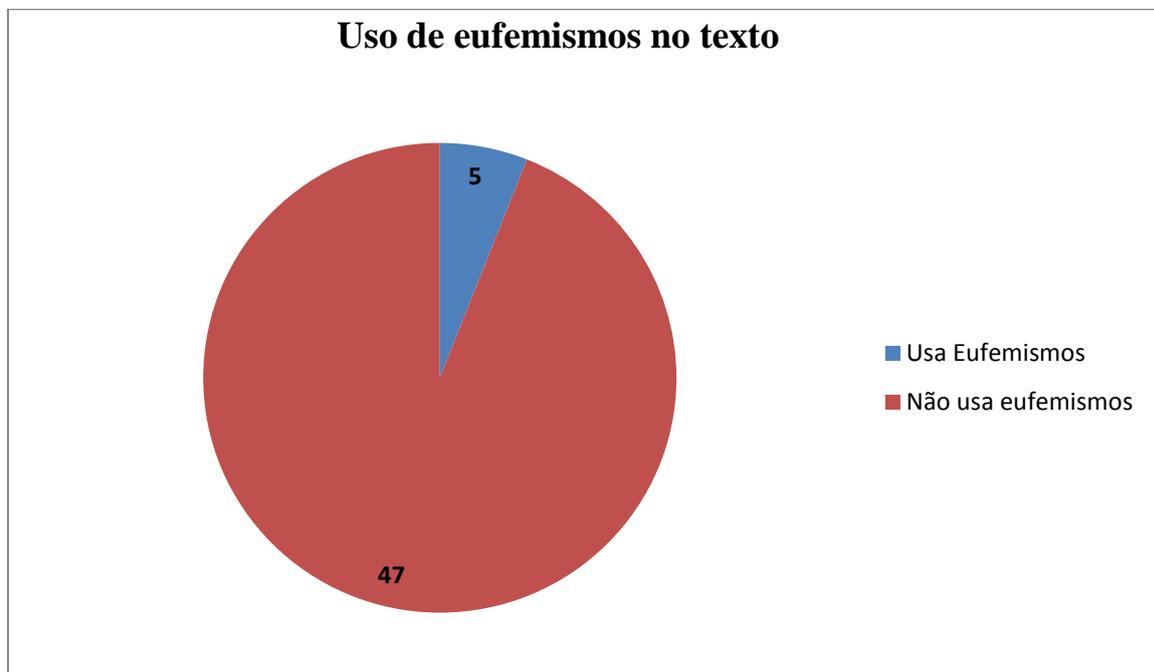
Outra peça que transparece deslegitimação da vítima é mostrada quando o jornalista explica que uma jovem violada por um grupo de rapazes pôs-se em situação de perigo ao consumir bebidas alcoólicas. Na mesma, o jornalista entrevista a amiga da vítima que explica que as mesmas consumiram bebidas, o jornalista esboça um rosto de desaprovação e questiona: "***Mas era uma bebida alcoólica?"***.

Em geral, segue-se a tendência que referimos nos 2 indicadores anteriores, ao não dar enfoque ao comportamento da vítima, principalmente quando a mesma encaixa-se no padrão de “Boa mulher”, “boa filha “ou “criança indefesa”.

Visto que para Figueiredo et al (2018,p.56) os elementos opinativos incluídos na narração dos factos ou a dedução pelo operador de conclusões questionáveis a partir de elementos frágeis, pois a mensagem pode ser captada e entendida de maneira estereotipada pelo receptor, entende-se que os 8 casos citados enfraquecem este indicador, e por isso o seu uso é parcial, no entanto o número segue a tendência de baixa apresentação de estereótipos de linguagem identificado até este ponto do estudo.

- **Uso de eufemismos para definir a violência.**

Na amostra, 5 peças usaram palavras "suaves" para definir a violência que caracteriza o caso reportado.



No caso da violação sexual de uma mulher de 60 anos por dois cidadãos. O jornalista refere-se ao longo do texto a expressão *relações sexuais* em detrimento de *Violência Sexual*. O mesmo transmite ainda sonoridades dos dois indiciados que deixam transparecer que o acto foi consensual.

Em seu primeiro semi-directo, ainda no início da reportagem, o jornalista explica:

"Os 2 jovens (...) em conversa connosco, negam ter violado a senhora, dizem que foi tudo combinado e pagaram pelo acto 200 meticais."

Mais adiante, o seguinte diálogo tem lugar:

Sonora do Indiciado 1: *"Combinamos com a dona: Nós estamos assim, ela disse tá bom. Mas aqui são 2 pessoas? Disse que tá bom. Vamos pagar quanto? Eu disse a dona é que fala preço, então ela falou 100,100."*

Logo daí a hora chegou, saímos, fomos para a casa de um senhor pastor, chegou lá, tirou capulana, estendeu, fizemos aquela cena, depois de fazermos aquilo, ela saiu e foi para casa dela..."

Jornalista: *Foi sexo protegido? Com camisinha?*

Indiciado: *Camisinha não, é assim mesmo...*

Jornalista: *“Vocês não têm medo de doença?”*

Indiciado: *"Epah...O que nós fazemos eram coisas de embriaguez, tavamo embriagado..."*

Jornalista: *“Pagaram a senhora? ”*

Indiciado 2: *"Pagamos sim."*

Jornalista: *"200 meticais?"*

Indiciado 2: *200 meticais, sim...*

Jornalista: *Quantas vezes fizeram o acto sexual?*

Indiciado: *2 vezes, 2 vezes...4 vezes.*

De acordo Santos (2008, p.17) expressões como aquelas acima não contribuem para a consciencialização, afinal é necessário que o telespectador entenda que a violência não é normal e não deve ser comum e que acções que visem causar dano a uma mulher tem tipologias diferentes do comum. Que *acto sexual* não é sinónimo de *Violência Sexual*. E nem o facto de possível uso de protecção ou posterior pagamento ilibam o agressor de ter violado uma mulher.

Ainda ao longo da amostra, encontramos também o caso da rapariga violada no Bairro da Machava, numa peça jornalística, o repórter explica que o agressor da jovem *“Assumi o coito”*.

Noutra peça passada em Junho, o jornalista deixa claro o seu espanto não pelo facto de a vítima ter sido violada, mas sim pelo número de agressores envolvidos no crime ao deixar escapar: *“4 pessoas a violar uma mulher?”*.

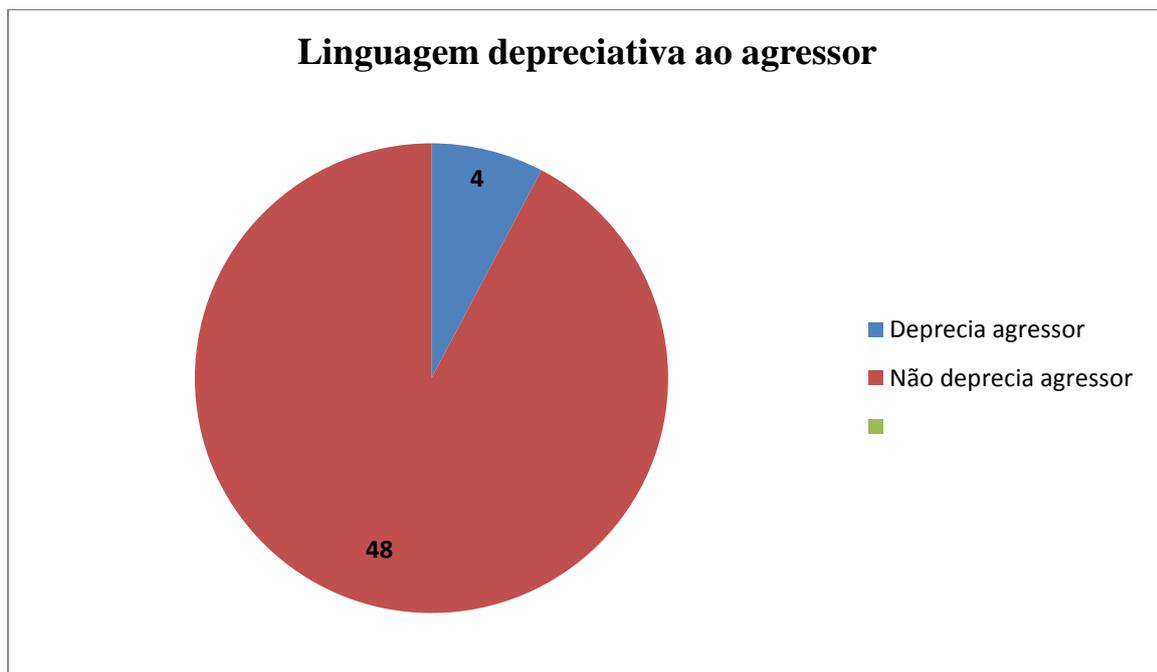
No último caso, o jornalista refere reporta a suposta violação de dois menores pelo pai:

Ex3: O rapaz supostamente violado pelo pai tinha 5 anos e a menina 12 anos. Para garantir a continuidade da relação íntima com os filhos, o predador sexual ameaçava...

A tendência do baixo uso de estereótipos mantém-se, sendo que os cinco exemplos encontrados foram no âmbito da violência sexual, considera-se por isso, que o indicador foi usado de forma parcial.

- **Linguagem depreciativa ao agressor**

Quatro (4) das 52 peças citaram o facto de o agressor não estar em si ao cometer o crime.



Quantitativamente, a presença de dois textos que depreciam o agressor demonstra o uso parcial da norma, sendo um dos casos o apresentado na peça apresentada ao 11 de Setembro, onde o jornalista aponta os dois indiciados de uma violência Sexual como *predadores sexuais*.

Noutra peça sobre uma tentativa de feminicídio, o jornalista, depois de várias tentativas frustradas de receber um comentário do indiciado, fecha o texto a explicar que no fim “*O agressor balbucia que tem advogado*”.

Qualitativamente, a avaliação dos indicadores referentes deprecição do agressor mostra que estes apresentam-se em número baixo (uma vez a cada 13 peças) significando que na maioria das peças, o mesmo não é ilibado da sua responsabilidade, uma prática defendida por

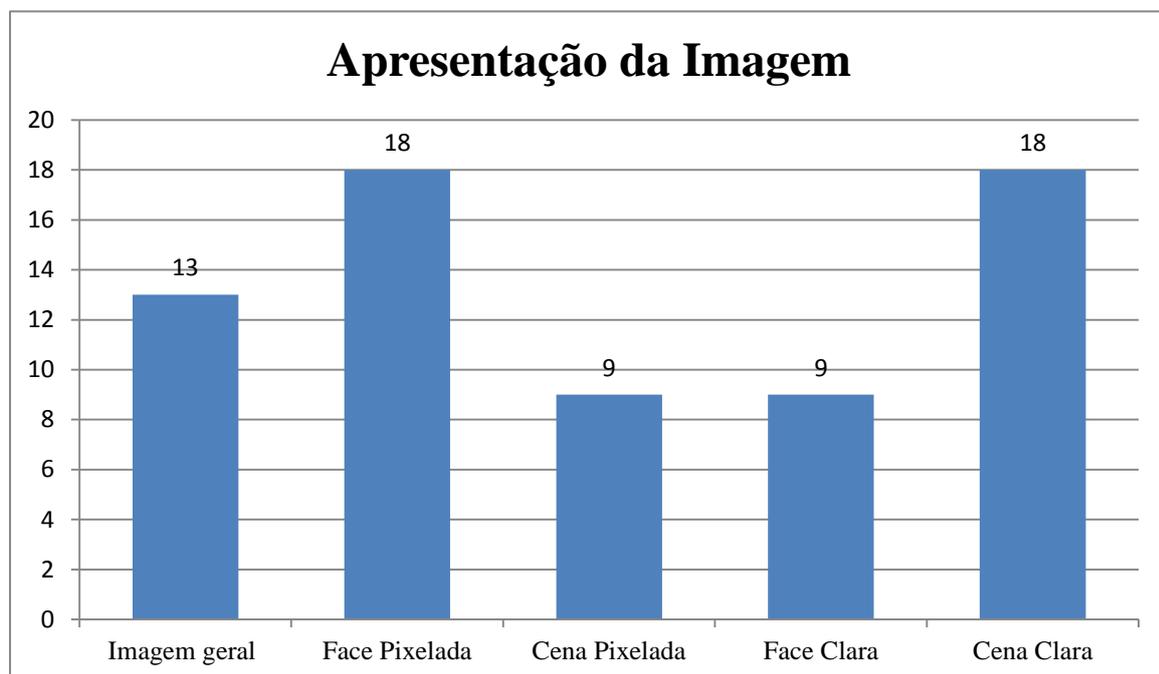
Figueiredo et al (2018, p.29), que defende que para que o texto não seja estereotipado, não se devem usar adjectivos, substantivos e verbos depreciativos no texto

Para o mesmo autor, utilizar expressões como “ela bebia muito” para descrever a vítima, ou apontar o agressor como (“depressivo”, “ciumento”, “desempregado”) afasta as audiências da discussão informada sobre as raízes do problema social da violência.

Tendo levado todos os pontos acima, podemos, de forma geral, interpretar que qualitativamente, a linguagem do texto apresenta um nível relativamente baixo de estereótipos, embora tais possam ser encontrados em algumas das peças.

3.c) Estereótipos na Imagem

Ao longo do trabalho, percebe-se que 13 peças trazem imagens gerais, 18 pixelam faces e 9 pixelam a cena do crime, as mesmas fazem-no de forma pouco criteriosa, a medida em que a mesma peça podia trazer um rosto pixelado e imagens da cena clara e vice-versa. Ainda na amostra, constam 9 peças que apresentaram rostos claros e 18 apresentaram cenas do crime claras.



- **Imagem geral**

Ao longo da amostra, as peças que fazem uso de imagens gerais (13) fazem-no com maior incidência em esquadras e ruas.



Figura 1: Imagem geral de esquadra policial e porta-voz da Polícia

Este é o tipo de ilustração mais aconselhável para este tipo de caso pois de acordo com Jukic (2016,p.16) mostra o ambiente que cerca o crime, mas não explora a identidade da vítima nem o cenário do crime que pode ajudar na identificação da vítima ou ainda retirar a atenção do telespectador do texto falado.

Entretanto é usado em apenas 1/3 da amostra e no requisito da consciencialização, ainda é baixo se comparado com os critérios dos autores que fornecem bases para este trabalho, entende-se por isso que o seu uso é parcial.

- **Uso de face pixelada**

Dezoito (18) das 52 peças apresentam o rosto da vítima pixelado. A pixelagem, é aqui considerada toda a forma possível de protecção da identidade da vítima e ao longo da amostra a mesma apresenta-se maioritariamente pelo uso de cortes de imagens, borrões, filmagens de fontes de costas, dentre outras.



Figura 2: Imagem de face pixelada de criança vítima de violência

Um aspecto por citar nesta categoria é o facto da protecção dos rostos das vítimas ter sido levado de forma séria em todas as peças onde as vítimas encontravam-se vivas e eram entrevistadas. O mesmo não aconteceu tão criteriosamente quando se falava de indiciados, que em geral, tinham a imagem divulgada.

No entanto, a preservação da imagem da vítima nas peças da Miramar nem sempre ilibou a vítima de ser identificada, pois algumas peças protegeram a face da vítima, mas mostravam informação que deixava claro quem a vítima era.

Um dos casos em que tal se deu foi a da imagem acima, onde uma menor vítima de violência física tem a imagem da mesma foi protegida, mas o tem o seu bairro, a sua escola e a sua idade reveladas e a imagem da sua agressora (tia) é mostrada sem pixelização.

Noutra peça relativa a suposta violação sexual de uma criança e posteriores ameaças, a menina não tem o rosto filmado, mas ambos progenitores mostram o rosto deixando claro, principalmente para quem os conheça, que a sua filha foi violada sexualmente.

Igualmente, no caso de violação de 2 menores (uma rapariga e um rapaz) a menina não tem o rosto mostrado, mas o seu pai e suposto violador tem o rosto mostrado e durante a entrevista o mesmo revela que a menina foi diagnosticada com HIV/SIDA.

Na mesma senda, na peça relativa ao abandono de uma menor com um filho, a qualidade do processo de pixelagem não é a mais aconselhável, pois embora se proponha a conservar a

imagem da vítima, a sua mãe, casa e partes claramente perceptíveis do rosto da vítima são mostrados.



Figura 3: Imagem da parte superior de vítima cuja identidade deve ser protegida

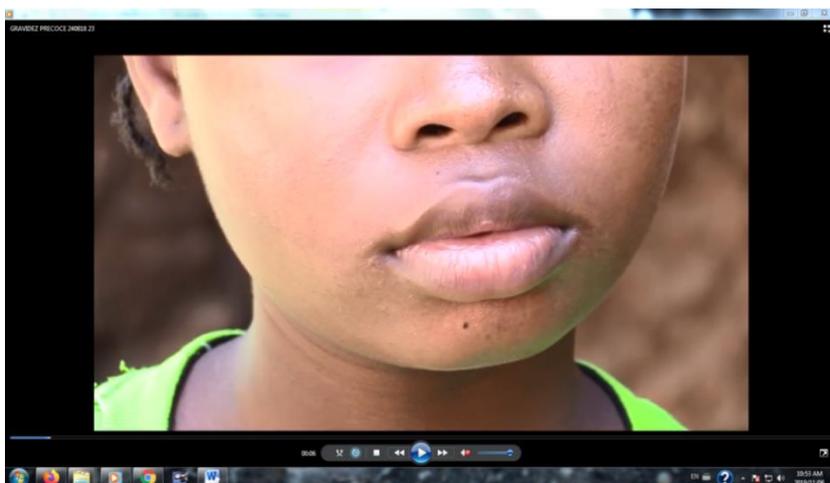


Figura 4: Imagem que representa má protecção da identidade da vítima.

No requisito da consciencialização, temos de tomar em consideração que há 18 faces pixeladas (cerca de 1/3 da amostra) e que em todas as peças trazem imagens das vítimas. O ponto acima é aconselhável para Jukic (2018) como instrumento de potencial consciencialização, devido a protecção da identidade das vítimas, que pode transmitir um senso de segurança e ética jornalística para o receptor.

No entanto, a fraca qualidade de protecção da identidade das vítimas em algumas peças mostra uma situação mais complexa e levanta um diálogo que remete a mesma a um peso equivalente a uma imagem “não pixelada”, pois Figueiredo et al (2018,p.40), entende que:

“A seleção de algumas técnicas de ocultação poderá contribuir para acentuar a vitimização ou a criminalização da vítima. É o caso da utilização de máscaras, roupas para disfarçar o corpo ou efeitos de mosaico. Deve ponderar-se a técnica de ocultação das vítimas considerando os aspetos de eficácia e preservação da dignidade. A seleção das técnicas deve ter em conta que a mulher sobrevivente não se esconde das autoridades, mas do agressor, nem se esconde por vergonha mas por auto-preservação.”

(FIGUEIREDO ET AL, 2018,p.40)

Para Jukic (2016, p. 2016) esta situação pode levar a peça a um nível de um espectáculo mediático, indo contra o potencial de consciencialização apontado por Santos (2008, p.36) que mostra que a maior visibilidade de mulheres vítimas nos suplementos gráficos dos textos jornalísticos, contribui para fortalecer esta dimensão vitimizada da mulher.

Desta forma, a discussão sobre o uso de faces pixeladas é relegada ao nível de uso parcial do indicador devido a qualidade de algumas pixelizações apresentadas no texto, embora o esforço de preservação da vítima seja inegável.

- **Uso de face clara**

Nove (9) vítimas são identificadas claramente na amostra. Tal é o caso da vereadora do Plano e Finanças do Conselho Autárquico de Maputo, Célia Cumbe, assassinada em sua residência.



Figura 5: Face clara de vereadora da cidade de Maputo Célia Cumbe, vítima de assassinato.

E desta mulher assassinada pelo ex-marido em Boane:



Figura 6: Face clara de vítima de assassinato por parte do companheiro

Percebemos que é quase regra geral apresentar faces claras em casos que envolvam feminicídios ³⁵ ³⁶. No total, 4 casos mostram fotografias de mulheres assassinadas e 5 mostram imagens de representantes das mulheres vivas.

Para Jukic (2016,p.18) mostrar faces claras “de uma mulher, que foi vítima de violência, constitui uma identificação clara dessa pessoa, o que é uma questão sensível em casos de violência. Não serve o interesse do público e geralmente não serve o interesse da investigação, especialmente se for um caso de violência que acabou de acontecer e é coberto pela mídia com base nos depoimentos de testemunhas oculares, enquanto fontes policiais afirmam que não podem publicar os detalhes”, por isso estas servem maioritariamente para a atribuição de um factor de choque e potencial dano a imagem do agressor, que tem a identidade clarificada e a sua vida na posterioridade exposta.

Esta tendência foi usada em cerca de 1/6 da amostra. No entanto, esta é uma discussão que é também relegada ao aspecto ético, pois embora a norma sugira que estas mulheres não devem ter a imagem exposta, algumas destas vítimas estavam mortas e a família tinha o intuito de partilhar a imagem e procurar o culpado e as legislações relativas ao tópico defendem que a imagem da mulher ora percida pode, em alguns casos ser usadas.

³⁵ Assassinatos de Mulheres

³⁶ Não fica claro através da observação ou do nosso referencial teórico o motivo pelo qual vítimas assassinadas têm o rosto divulgado. Entretanto, a maior parte das peças tem família e amigos como fonte, os mesmos possuem maior interesse em resolver o crime do que em proteger a identidade da malograda.

Para efeitos do estudo, entenderemos por isso que as normas de potencial consciencialização mostram-se usadas parcialmente devido ao pressuposto da inexistência de estereótipos nas peças.

- **Uso cena pixelada**

Nove (9) entre as 52 peças encontradas apresentaram pixelagem de cenas.

Esta é, para Jukic (2016,p.16) esta é uma forma de respeitar os aspectos éticos de protecção da vítima e reduzir o choque visual que o telespectador pode ter, embora mostrando cenário. No cenário da consciencialização, a autora (Ibid. 2016) defende que embora mais aconselhável, a mesma é duvidosamente efectiva.

As peças que apresentaram estas imagens aconteceram especificamente com crimes físicos e sexuais recentes, onde por vezes os corpos ainda estavam na cena (em caso de morte), as marcas físicas de violência (Hematomas e ferimentos) ainda estavam visíveis ou as armas do crime ainda estavam na cena.



Figura 7: Imagem pixelada de mulher assassinada em pensão



Figura 8: Imagem pixelada de cena de crime



Figura 9: Imagem pixelada de faca usada como arma de crime

No entanto, aqui também a pixelização falha em termos de qualidade. No caso da tentativa de assassinato de uma mulher pelo seu ex-marido, a imagem da mesma no hospital é mostrada e os ferimentos da mesma são igualmente explorados pelo menos duas vezes na peça. A imagem abaixo está supostamente pixelada.



Figura 10: Imagem pobremente pixelada de mulher vítima de tentativa de assassinato

Levando em conta que facto que de que a pixelagem é usada em apenas 1/6 da amostra, aliada a baixa qualidade de parte das cenas aponta que a pixelagem de cenas é parcial, principalmente se levarmos em consideração que a mesma situação acontece com o indicador de faces pixeladas onde 1/3 da amostra pixela as faces, mas nem todas de maneira efectiva.

- **Uso de cena clara**

Dezoito (18) das 52 peças da amostra apresentavam cenas claras. Estas mostravam a cena do crime, por vezes ensanguentada, para apoiar visualmente semi-directos e offs dos jornalistas.

Na mesma linha que as cenas pixeladas, estas imagens foram produzidas especificamente no âmbito de crimes físicos e sexuais recentes, em caso de morte (mostrando o local do feminicídio, com a vítima coberta) e quando vivas, com a exploração da cena e arma do crime.



Figura 11: Imagem clara de cena do crime



Figura 12: Imagem clara de vestido ensanguentado de vítima de Violência

Tendo em conta que estas correspondiam a um terço da amostra e ao dobro das cenas pixeladas, percebe-se que a Miramar ainda apresentava uma tendência que não se alinha ao ponto defendido por Jukic (2016,p.16-17) para imagens de vítimas de violência contra a Mulher.

A autora (Ibid, 2016) entende que este tipo de abordagem pode levar o telespectador a perder o foco da mensagem falada para perceber o choque da imagem, e pode de alguma forma interferir na percepção do telespectador, referindo que “Retratar as mulheres como vítimas pode deixar no leitor ou espectador uma impressão que as mulheres são fracas ou impotentes, o que pode contribuir para o problema com que estamos a lidar e levar à conclusão de que a violência contra as mulheres tem tudo a ver com o âmbito físico, mas também pode ser psicológico ou sexual”.

Lembrando que o aspecto ético tem um papel relevante no tratamento de imagens, importa entender se havia alguma espécie de bem maior associado a esta abordagem da imagens, e por isso, entende-se que haja outros factores associados ao tratamento da imagem.

CONCLUSÃO

O presente trabalho constitui uma pesquisa qualitativa e quantitativa relativa à contribuição do jornalismo diário do canal Miramar para a potencial consciencialização sobre a Violência Contra a Mulher (VCM).

Tentamos ao longo do mesmo perceber se as peças jornalísticas da Miramar seguiram as normas técnicas com potencial de consciencializar o público a respeito da Violência Contra a fazendo uso do referencial teórico baseado nas obras de Santos (2008), Jukic (2016) e Figueiredo (2018). Foram construídas três categorias principais relativas ao jornalismo e consciencialização: **a) O uso de terminologias de VCM no texto, b) uso de elementos de contextualização da VCM e c) a ausência de estereótipos no texto.**

No referente ao uso de terminologias correctas, partiu-se do princípio teórico de Jukic (2016) e Figueiredo (2018) de que a terminologia correcta da violência mostra que o canal associa a violência contra mulheres no contexto correcto, mostrando ao público que a VCM é um problema social reconhecido e que as suas manifestações possuem nomes próprios.

Percebemos que a maior parte da amostra (29 textos) cita os nomes da violência ao longo dos mesmos. Entretanto, no aspecto qualitativo vemos que a diferença entre os casos de nomes citados e os de não citados é de apenas seis (6) casos. Para Jukic (2016) a ausência deste aspecto técnico numa parte tão representativa da amostra leva a crer que o público poderá ter problemas a associar casos de violência contra a mulher a sua moldura legal, dependendo das peças a que tiver acesso. No entanto, concluímos que o uso da mesma norma é parcial.

No referente a contextualização da Violência Contra a Mulher como um problema Social, constatámos que a Miramar dá enfoque específico a notícias, em detrimento de reportagens e entrevistas, géneros que abrem espaço para um maior nível de contextualização.

Considerando que Jukic (2016,p.14) especifica Notícias e Notas como desaconselháveis para peças sobre VCM por possuírem pouco espaço para a inserção de conteúdos relativo a dimensão social da VCM e que Santos (2008, p.24) critica os textos com baixo nível de contextualização, pois aponta que nestes, os casos de Violência Contra a Mulher são individualizados e tornados num problema sem solução nem fim à vista.

Por outro lado, são poucas as vezes em que o canal Miramar cita estatísticas, políticas e instituições de apoio relativos a vítimas de violência contra a mulher, embora as mesmas

existam. Tal poderá, de acordo com o nosso referencial teórico, transmitir ao público a impressão de que os seus casos são casos isolados e que não existe saída viável para o seu caso, se forem vítimas, ou dos casos que conhecem, se as mesmas forem testemunhas.

De acordo com Santos (2008,p.24-25) e Figueiredo (2018,p.17) Estes elementos representam um dos fundamentos de consciencialização e os aspectos acima são cruciais. Mais além, Santos (2008, p. 25, nosso grifo) refere às consequências da baixa contextualização de peças pode conduzir, em último caso, à legitimação de comportamentos discriminatórios, abafar os debates sobre possíveis estratégias de resposta a partir da construção de políticas públicas específicas, alterações no estilo de vida, entre outros.”

Conclui-se nesta categoria que, devido aos números em que estes indicadores se apresentam parciais e muito abaixo de pelo menos metade da amostra, o que não é aconselhável o referente a consciencialização.

Por fim, **no referente ao uso de estereótipos**, percebemos a existência dos mesmos na forma em que a Miramar apresenta as suas peças, sendo o maior número dos mesmos referentes à hierarquização dos personagens. Nesta categoria, quase um terço da amostra apontou que mulheres vítimas de violência não assumiram o fio condutor da história contada, papel maioritariamente associado à polícia, vizinhos e indiciados, mesmo que a vítima estivesse viva.

De acordo com Jukic (2016,p.14), quando a peça toma esta tendência, o material jornalístico ganha uma visão institucionalizada ou meramente opinativa dos factos reportados, bem como um ponto de vista maioritariamente baseado no que se diz, e não num contexto social mais vasto.

No entanto, os estereótipos são menos acentuados no referente a linguagem usada no texto, sendo usado em menos de 10 peças por indicador. De acordo com o nosso referencial teórico, a existência destes possa influenciar o receptor negativamente ao contribuir para o desmerecimento da violência reportada na peça e por isso considera-se que os mesmos foram parcialmente usados, mas há que notar que o nível de uso geral para a subcategoria de estereótipos de linguagem, apresenta com os indicadores mais baixos de todo o estudo.

No referente aos estereótipos de imagem, constata-se que parte das peças da Miramar (18) pixela faces e nove (9) pixelam os locais do crime e que por isso a pixelagem é usada em 27

momentos, que este número é igual ao número de vezes que a pixelagem não é usada (27), sendo nove (9) vezes nas faces e (18) nas cenas.

No tópico do uso de imagens gerais (13), percebemos que 1/4 da amostra leva este aspecto. Há no entanto que avaliar que estas não são a base do texto, mas usadas para suportar a ilustração de peças, incluindo as que não pixelam faces e cenas.

Desta forma, visto que o número deste indicador demonstra um baixo nível de cenas gerais e o facto de que cenas e faces claras são tão usadas quanto as faces e cenas pixeladas, conclui-se que esta situação é desaconselhável para a potencial consciencialização do público, pois Jukic (2016) refere que as mesmas podem retirar a atenção do receptor ou criar associações da VCM com o físico ou o meramente visual.

Há no entanto que referir que embora a diferença numérica entre faces pixeladas e não pixeladas exista, reparou-se um número considerável de faces protegidas para vítimas vivas, o que embora não altere o resultado geral, demonstra o cuidado do canal para assuntos de preservação de identidade, mesmo falhando em aspectos cruciais que a cerquem.

Pode-se por fim, constatar que a hipótese número dois (2) foi confirmada, na medida em que a pesquisa demonstrou que: **As peças jornalísticas da Miramar não seguem as normas técnicas com potencial para a consciencialização sobre a Violência Contra a Mulher, pois não apresentam terminologia correcta para cada tipo de violência, não trazem contextos suficientes e apresentam estereótipos.**

Este é, no entanto, um resultado parcial. Há que referir que a abordagem qualitativa apontou indícios do canal de informar ao público que a nomenclatura violência, principalmente a sexual e a física, demonstrar que as mesmas são condenáveis a nível legal. Importa igualmente referir que o canal teve igualmente um número baixo de estereótipos de linguagem identificados.

Embora os números sejam baixos, entende-se que a Miramar caminha, se continuar na mesma rota, para uma cobertura alinhada a defendida pelos teóricos que norteiam este, pois algumas reportagens mostraram testemunhos e exemplos positivos, como por exemplo, os dois casos que citaram que as famílias das vítimas não aceitaram subornos para ocultar casos de violência sexual as suas filhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Airton Lorenzoni, GOEDRT, Jullye Annye, **Análise da Violência contra a mulher na mídia impressa diária do rio do sul (SC)**, apresentado em XV seminário internacional, MERCOSUL, 2013, EDUCOM-

ALVES, Cleide Aparecida, **Feminicídio, Poderá ser uma consequência da ineficácia da Lei Maria da Penha?** (monografia de bacharelato), Faculdade de Sabará, 2017

ANDRADE, Carla, **o estatuto das imagens de violência na informação da RTP** (Relatório de estágio para obtenção do grau do mestrado) Escola Superior de comunicação Social, 2017,Lisboa

AZAMBUJA, Cíntia Neves, **Jornalismo educativo: Da teoria a pratica na TV Universitária**, (dissertação de mestrado) Universidade Estácio de Sá, Setembro, 2008, Rio de Janeiro,

BATICÃ, Hélder Duarte, **Manual de igualdade e equidade do género**, programa de formação avançada para actores não estatais (PAANE), No pintcha pa Dizinvolvimentu, Novembro, 2015,sl

BORGES, Rafaela Almeida, **A violência contra a mulher e o telejornalismo: Uma análise da cobertura do jornal Hoje**, (Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de Bacharelato), Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Ciências Sociais, Agosto,2013, Juiz de Fora, Brasil

CARVALHO, Daniel Soares, **Jornais Populares, retrato da mulher vítima de violência doméstica nos títulos do Correio da Manhã e Folha de Pernambuco**, (dissertação de mestrado), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova Lisboa Abril, 2013

CERQUEIRA, Carla, **A imprensa e a perspectiva do Género: quando elas são notícia do dia internacional da mulher**in *Observatório*, (observatório Jornal), 2008,sl, pp.139-164

CHAVES, Fabiana Nogueira, **A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade de educação em direitos humanos para comunicadores**, INTERCOM, XIV congresso de ciências de comunicação da Região norte, Manaus, Amazónia, 28 a 30 de Maio de 2015

CHILUNDO, Berta, **Violência do género e acesso a justiça em Moçambique (síntese a partir dos slides)** in *Outras vozes*, n° 41-42,s.l, Maio, 2013

DANTAS, Fernanda, VASCONCELOS, Melissa, **Violência sexual contra mulher: Culpa da vítima**, in, **Revista Online**, ano XIII, nº14, FADIVALE, Governador Valadares, 2017

ELFORD et al, **Use the right words: media reporting on sexual violence in Canada**, Femifesto, 2015

FERNANDES, Brenda , **Para os jornais a mulher importa, desde que morta: a violência contra as mulheres na mídia**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Setembro de 2022

FIGUEIREDO, Alexandra, NARQUES, Túlia, PESTANA, Humberto, ANDRADE, Carina, **Representações da Violência Doméstica nos Telejornais de Horário Nobre**, Entidade Reguladora de Comunicação, Lisboa, Março de 2018

GRADIM, Anabela, **Manual de jornalismo**, Universidade da Beira Interior, 2000

JOSE, Generosa *etal*, **Custos sócio/económicos da Violência contra a mulher em Moçambique**, Maputo, UEM-CECAGE, Novembro, 2011

JUKIC, Elvira, **Research on media reporting on gender based violence against women in Bosnia e Herzegovina**, Bosnia and Herzegovina, UN Women, 2016

MEQUE, Etelvina, **A violência doméstica contra a mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo-Moçambique**, (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo, Faculdade de saúde pública, São Paulo, Brasil, 2016,

Ministério Do Género Criança e Acção Social-MGCAS, **Perfil do género de Moçambique**, Maputo, 2016

MIRANDA, Cynthia, **Violência contra a mulher na mídia os descaminhos da igualdade entre os géneros** in **Revista Observatório**, Vol.3, nº6, s.l, s.ed, Outubro-Dezembro, 2017

MISAU, Direcção Nacional Assistência Médica, **Manual para o atendimento integrado as vítimas de violência**, s.l, s.e.d, Junho, 2012

NATIONAL UNION OF JOURNALISTS, **NUJ guidelines for journalists on violence against women**, September, 2013

NODARI, Sandra, **Off-O mal (des) necessário produção de reportagens sem locução**, in **Ditofeito** Vol.5, N°7, Jul/Dez, UTFPR, Curitiba, 2014

OLIVEIRA, Laura, SEIXAS, Lia, **A reportagem enquanto gênero jornalístico**, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, BA, IntercomSociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIV congresso brasileiro de ciências da comunicação -Recife-2 a 6 de Setembro de 2011

OLIVEIRA, Jucélio, **Uma mancha no telejornalismo policial: leitura semiótica do uso do borrão sobre a imagem**, in **Temática**, Ano XI ,n°04, NAMID/UFRP,Abril/2015

OLIVEIRA, Jocyelma, SOARES, Hamistelie, **A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e newsmaking**, Santos, 2007, INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007

ONU MULHERES, **Relatório de estudo exploratório sobre a situação de Violência Contra a Mulher e Rapariga nos espaços públicos da cidade de Maputo**, Maputo, UEM – CECAGE, 2016

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**.Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

PEDRO, Mavildo, **Análise de audiências em Moçambique: breve olhar sobre o sector televisivo**, Maputo, ECA-UEM,2021

PEREIRA, Allan, **Telejornalismo e Saúde, abordagem do câncer nos noticiários da TV brasileira**, (Monografia para obtenção de grau de bacharelato), Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação social, 2013

Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher (2018-2022), República de Moçambique, 2018

PROJECTO DE POLITICAS DE SAUDE (HPP), **Prevenindo a Violência baseada no gênero**, Manual de formação, Future Group, Projecto de políticas de Saúde, Washington DC, 2014

RKAIN, Jamyle Hassan, SANTORO, André, **A culpabilização da vítima de crime: Uma análise da cobertura do caso de Eliza Samúdio**, Universidade Presbiteriana de Mackenzie, XIII jornada de iniciação científica e VIII mostra de iniciação tecnológica, 2017

SANTOS, JackelineTeixeira, SOUZA, Leila Lima, **A representação da violência contra a mulher no Jornal Oprogresso**, Universidade Federal do Maranhão, apresentado em XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 29/06-01/07/2017

SANTOS, Rita, **Um “espelho” embaciado**, mulheres e violências na imprensa diária portuguesa e brasileira, **Observatório de Imprensa dos jornais Público e O Globo**, Núcleo de Estudos para a Paz do CES, da Universidade de Coimbra, Portugal, 2008

SILVA, Natiene, **Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro, uma análise étnico-racial**, s.l, s.ed. s.d

SOUZA, Tattiana Machiavelli, OLIVEIRA, Sara, CARVALHO, Lucas, **A imprensa frente a violência contra a mulher o caso do jornal popular** p.225 *in* **Caderno espaço feminino**, Uberlândia, Minas Gerais, V.29, n.1, Jan/Jun. 2016/-ISSN Online

SOUZA, Jónathas, YAMAKI, Kassia, **O papel da televisão para a conscientização da população sobre a preservação ambiental**, *in* **Dialogo**, nº31, Canoas, 2016, pp105-116

TANAKA, Oswaldo Y. MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente- um modo de fazer** Capítulo IV. São Paulo: Edusp, 2001.

The Canadian Resource Centre for victims of Crime, **Victim Blaming**, s.l, s.ed, August 2009

PAGOTO, Lia, BOBRZYK, Ana, DIEDRICH, Marlei, **Manual de Redacção Jornalística**, UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA DO SUL, UFFS, sd.

Zero Tolerance, **Handle with Care: A guide for responsible media reporting of Violence against Women**, Scotland, s.ed, s.d.

APÊNDICE

Embora tenha sido concluído que a Miramar não possui aspectos técnicos suficientes para a consciencialização, percebe-se igualmente que a Miramar não se encontra alheia a VCM em Moçambique. Fica, por isso, evidente a necessidade de um salto quantitativo e qualitativo na divulgação de casos de VCM em Moçambique. O mesmo podia ser manifesto através da:

- a) Aposta em coberturas a respeito de outros tipos de violência, como a psicológica, económica, social e espiritual, que num período de um ano tiveram baixa ou nenhuma representação nos serviços informativos da Miramar.
- b) Uso da tipologia concreta para o tipo de crime reportado **sempre** no âmbito da violência contra a mulher.
- c) Aumento significativo de uso de reportagens e entrevistas em detrimento de notícias, que se pressupõem menos contextualizadas e com baixo nível de consciencialização.
- d) Maior procura e referência à estatísticas, políticas e instituições de apoio a mulheres vítimas de violência. Exigir das instituições públicas estatísticas mais precisas e actualizadas sobre casos de VCM em Moçambique.
- e) Uso, sempre que possível, da mulher no centro da narrativa e construção da peça em torno de factos e não em opiniões.
- f) Eliminação da culpabilização da mulher vítima de violência e eliminação de discursos que ilibem o agressor.
- g) Reforço da qualidade de pixelização para a diminuição do factor de choque e drama nas peças sobre Violência Contra a Mulher e preservação da imagem das vítimas de violência como uma directriz que não deve, de forma alguma ser quebrada ao longo da produção de conteúdos.
- h) Ênfase no facto de que a violência contra a mulher não deve ser resolvida no fórum doméstico ou através do uso de valores monetários, pois a mesma constitui crime que deve ser punido pelas autoridades de justiça.
- i) Seguimento (Follow up) de casos que muitas vezes ao longo da amostra somente trazem um lado da história.

ANEXOS

Mês	Número de artigos
Junho	0
Julho	4
Agosto	5
Setembro	9
Outubro	6
Novembro	5
Dezembro	0
Janeiro	0
Fevereiro	3
Marco	3
Abril	4
Maió	5
Junho	7
Total	52

Tabela 1: Número de artigos por mês

Mês	FÍSIC A	SEXU AL	PSICOLÓG ICA	ECONÓMI CA	PATRIMONI AL	ESPIRITU AL	SOCI A
Junho	-	-	-	-	-	-	-
Julho	2	2	0	0	0	0	0
Agosto	2	6	0	1	0	0	0
Setembro	3	6	0	1	0	0	0
Outubro	5	3	0	0	0	0	1
Novembro	3	3	0	0	0	0	0
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	1	2	0	0	0	0	0
Marco	1	2	0	0	0	0	0
Abril	3	1	0	0	0	0	0
Mai	4	1	0	0	0	0	0
Junho	3	4	0	0	0	0	0
Total	27	30	0	2	0	0	1

Tabela 2: Distribuição de caso de violência por mes

Mês	Cita o Terminologia de violência
Junho	-
Julho	2
Agosto	5
Setembro	8
Outubro	2
Novembr	3
Dezembr	0
Janeiro	0
Fevereiro	2
Marco	1
Abril	1
Mai	2
Junho	4
TOTAL	30

Tabela 3: Distribuição mensal da citação da violência no texto

MÊS	NOTA	NOTÍCIA	ENTREVIST	REPORTAGEM
Junho	-	-	-	-
Julho	-	1	-	-
Agosto	0	5	0	0
Setembro	0	9	0	0
Outubro	0	5	0	0
Novembro	0	3	0	1
Dezembro	-	-	-	-
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	0	2	0	1
Marco	0	3	0	0
Abril	1	3	0	0
Mai	0	4	0	1
Junho	0	5	0	1
TOTAL	1	39	0	4

Tabela 4: Distribuição mensal de gêneros jornalísticos

Contextualização						
Mês	Cita o tipo de violência	Cita recorrência da violência	Cita se a vítima pediu ajuda	Citou política nacional ou internacional	Cita estatísticas Nacionais ou internacionais	Cita instituições de apoio
Junho	-	-	-	-	-	-
Julho	1	-	-	-	-	-
Agosto	5	4	3	2	0	1
Setembr	8	3	2	0	0	0
Outubro	2	2	1	0	0	1
Novembr	3	2	1	0	0	1
Dezemb	-	-	-	-	-	-
Janeiro	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	2	1	0	0	1	1
Marco	1	1	1	0	0	0
Abril	1	2	0			2
Mai	2	1	2	0	0	1
Junho	4	2	3	0	1	4
TOTAL	28	17	13	2	2	11

Tabela 5: Distribuição mensal de elementos de contextualização

Mês	Actores	
	Mulher	Outros
Junho	-	-
Julho	1	0
Agosto	2	4
Setembro	4	5
Outubro	2	3
Novembro	0	4
Dezembro	-	-
Janeiro	-	-
Fevereiro	1	2
Marco	3	0
Abril	1	3
Maio	1	4
Junho	1	5
TOTAL	16	28

Tabela 6: Distribuição mensal de actores da história

Linguagem							
Mês	Cita Comportamentos não padronizados da vítima	Deslegitima o discurso da vítima	Dá perceber que a mulher se colocou em situação de risco	Culpa característica s pessoas da vítima	Usa eufemismo Para caracterizar violência	Cita que agressor não estava em si	Depreciação do agressor
Jun.	-	-	-	-	-	-	-
Jul.	-	-	-	-	1	-	-
Ago	3	2	1	1	0.	1.	1
Set	2	1	3	3	2	1	0
Out	0	1	0	0	0	0	0
Nov.	1	0					
Dez.	-	-	-	-	-	-	-
Jan.	-	-	-	-	-	-	-
Fev.	1	1	1	1	0	1	0
Mar	0	0	0	0	0	0	0
Abr.	0	0	0	0	0	1	1
Mai o	0	0	1	0	0	0	0
Jun ho	1	1	1	2	1	0	0
Tot	8	7	7	7	3	2	2

Tabela 7:Distribuição mensal de elementos de linguagem

Mês	Imagem				
	Imagem geral	Face clara	Face pixelada	Cena Clara	Cena pixelada
Junho	-	-	-	-	-
Julho	0	0	1	0	0
Agosto	0	3	0	4	0
Setembro	5	0	7	3	4
Outubro	2	2	3	3	0
Novembro	1	0	0	2	1
Dezembro	0	0	0	0	0
Janeiro	0	0	0	0	0
Fevereiro	1	1	1	1	1+ 1
Marco	2	0	0	1 casa	0
Abril	1	1 vereadora	1-mas perceptível	1+1 casa de vereadora	1
Maió		1 vídeo de depoimento +1 foto	1 coberta por capulana	1+1 cova	0
Junho		1 foto da vítima	1 vítima de costas		1 faca do crime
TOTAL	12	9	14	18	9

Tabela 8: Distribuição de estereótipos de linguagem

